

ATA DEGRAVADA DA 179ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1

2 Aos dezoito dias do mês de abril de 2013, às nove horas, no Auditório Juscelino
3 Kubitschek, da Cidade Administrativa realizou-se a centésima septuagésima nona
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho
5 Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Mauro Alves de
6 Souza – ACONEQUISTAC, Fernando Henrique Guimarães Rezende – SEPLAG,
7 Geraldo Gonçalves de O. Filho – SINTIBREF, Henedina Dias Fernandes –
8 CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE,
9 Guilhermina Torga – SEF, Marcelo Armando – CRESS, Marcos Vinícius Dias Nunes –
10 FETAEMG, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Edir Petrucelli – SEE, Luiz George M.
11 da Trindade – CMAS/Lagoa Santa; conselheiros suplentes: André Luís de O. Soares –
12 CMAS/Ituitaba, Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Anália M^a
13 Ferreira – COGEMAS, M^a de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto –
14 CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, João Ademar Specht –
15 AJEAS, M^a Albanita Roberta de Lima – SEDESE, Ami Ribeiro de Amorim – Missão
16 Ramacrisna, Alex Maciel Teixeira – MNPR, Gilvânia F. de Paula – SEDESE; os
17 convidados: conforme lista de presença; membros da Secretaria Executiva:
18 Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula,
19 Nilce Araújo. A presidente inicia a plenária: sejam muito bem vindas a essa cidade
20 administrativa! Primeiro em nome do Conselho Estadual de Assistência Social eu gostaria de
21 dar as boas vindas a todos e a todos! Essa é a reunião da plenária ampliada que o Conselho
22 Estadual marcou e vocês estão aqui conosco, hoje nós vamos trabalhar a temática da
23 conferência estadual deste ano. Então é uma reunião de muita importância, considerando que
24 vocês iniciarão as conferências agora em maio, é, nós fizemos uma alteração na agenda, toda
25 vez que nós temos uma plenária ampliada, nós propiciamos que as nossas agendas internas
26 do conselho estadual sejam na parte da tarde, subindo a temática específica da plenária
27 ampliada para que todos tenham a oportunidade de participar. Meu nome é Juanita estou como
28 presidente deste Conselho e represento a área governamental e estou também como
29 Subsecretária de Estado de Assistência Social. Aqui é a nossa mesa diretora a vice-presidente
30 a Cristiane, o Marcelo, a Anália, nossos secretários. Bom, eu gostaria de solicitar também que
31 os conselheiros estaduais de assistência social que estão aqui na frente levantassem para que
32 a plenária conhecesse vocês por gentileza. Esses são os nossos conselheiros estaduais,
33 alguns deles, nós somos um total de 40 no CEAS sendo 20 titulares e 20 suplentes e todos
34 eles participaram das comissões estaduais, muito obrigada senhores conselheiros! Oi! Bom, é,
35 iniciando a plenária, a 179 plenária ordinária. Nós tivemos duas justificativas de ausência:
36 conselheiro Júlio César do SMS - eu nunca lembro que sigla é essa, é ele justificou porque
37 está em trabalho, o conselheiro Mário Roberto do Movimento das Donas de Casa é suplente

38 também impossibilitado de comparecer devido a trabalho. Júlio César é do Instituto
39 Sacramentinhos, muito obrigada. Bom, todos vocês receberam a pauta dessa plenária
40 ampliada está com vocês em mãos é a nossa pauta passará a apreciação da pauta para
41 informes para a parte da tarde porque geralmente isso demanda um espaço maior, nós vamos
42 subir com a agenda do painel da conferência, é, também, essa parte que seria as normativas
43 serão trabalhadas todas agora com vocês a partir dos esclarecimentos necessários. Então vai
44 ficar as normativas e o tema geral das conferências agora pela manhã, ademais nós vamos
45 trabalhar os processos internos do CEAS que é a distribuição de processo relatório e relato das
46 comissões do conselho estadual que é a comissão de normas, de orçamento e financiamento,
47 de apoio e a comissão de política. A gente vai ter o maior prazer de ficar com vocês o dia
48 inteiro é uma pauta bastante intensa, mas nós propiciamos agora na parte da manhã a questão
49 específica da Conferência que eu vou falar e ser mais direta com vocês. Podemos? Bom, vou
50 falar de pé que é mais tranquilo pra mim. Como todos sabem este ano é um ano de
51 Conferência de Assistência Social nossa conferência acontece conforme a Lei Orgânica da
52 Assistência e na Lei Orgânica é de 4 em 4 anos. Extraordinariamente de 2 em 2, na Lei
53 Estadual de Assistência Social do Estado ela acontece ordinariamente de 2 em 2 anos, porém
54 em âmbito nacional apesar dela está ordinariamente de 4 em 4 anos, o Conselho Nacional
55 chama extraordinária de 2 em 2, então nós temos, na realidade, Conferências de Assistência
56 Social de 2 em 2 anos. O tema geral da conferência este ano é o financiamento para a
57 efetivação do Sistema Único de Assistência Social. Bom, nós vamos conversar com vocês no
58 sentido de facilitar a realização da conferência no município por vocês de forma organizada,
59 nós vamos contextualizar a conferência de assistência social porque vamos contextualizar de
60 uma forma bastante rápida porque temos bastantes gestores novos, conselheiros novos, então
61 gostaríamos de falar rapidamente com vocês sobre o processo de realização da conferência.
62 Depois faremos uma contextualização da política de assistência social, considerando, também,
63 as pessoas que estão chegando agora nesta área. Nós vamos contextualizar rapidamente a
64 política, trabalhar o eixo geral- o tema geral da conferência e conforme orientações do CNAS -
65 Conselho Nacional, o tema foi dividido em seis (06) eixos. Então, vamos trabalhar com todos
66 para que os conselheiros tenham condições e subsídios para realizarem suas Conferências
67 Municipais. Entendendo que no SUAS nós temos um grande número de trabalhadores,
68 principalmente nos equipamentos públicos, onde os municípios possuem profissionais que tem
69 condições de propiciar a discussão no município com relação a esta temática. Bom!
70 Contextualizando o tema da conferência, posteriormente abriremos para perguntas. Qual é a
71 fundamentação legal para a realização da conferência? Eu falei no início, no artigo 18 da LOAS
72 coloca como competência do Conselho Estadual de Assistência Social, dentre outras, a
73 responsabilidade de convocar ordinariamente a conferência de assistência social. No âmbito do
74 SUAS, na governança do Sistema Único de Assistência Social no eixo federado do município
75 nós temos, vamos, três pilares dessa governança que é a gestão, o controle social e a
76 conferência, que são os responsáveis por fazer a governança do Sistema. E NOB 2012 que é a
77 nova, que foi aprovado em dezembro no artigo 17 fala dessa periodicidade da convocação -

78 ordinariamente de 4 anos e extraordinariamente de 2 anos. E os conselhos devem observar na
79 sua lei de criação como está a temática da convocação da conferência, então essa é a
80 documentação legal para realização das conferências. A convocação! Como os municípios vão
81 iniciar as conferências em maio, sendo as conferências uma cerimônia. Então, o processo de
82 realização dessa cerimônia - os Conselhos Municipais juntamente com o órgão gestor devem
83 fazer a convocação da conferência por meio de instrumento normativo ou por meio de portaria
84 ou de um decreto, onde assinam o presidente do Conselho e o responsável pelo órgão gestor
85 de assistência social. Na convocação deve conter o objetivo da conferência, a data e o local
86 onde ela acontecer. Essa convocação deve ser divulgada, publicada em jornal de grande
87 circulação, se caso o município tiver, e deve ser divulgada no município com o objetivo de ter
88 um numero bastante expressivo de pessoas, nesse momento da assistência social. No dia da
89 conferência, é claro que a partir da convocação cria-se uma comissão organizadora da
90 conferência que vai trabalhar todos os preparativos para que no dia da conferência tudo ocorra
91 de forma tranqüila. É claro que essa é uma cerimônia. Bom! No dia da conferência deve-se, ter
92 claro, uma mesa de abertura, com presidente do conselho, prefeito, legislativo, as pessoas da
93 representatividade do município. A mesa de abertura não deve ser muito extensa para não
94 comprometer a realização da conferência, deve observar a seqüência das falas. O presidente
95 do conselho geralmente é o ultimo a se pronunciar. Porque ele é o ultimo a se pronunciar?
96 Porque ele, na verdade, vai abrir a conferência, então os municípios devem se atentar a esse
97 regime. Bom! Na conferência o que acontece? Acontece uma prestação de contas do órgão
98 gestor com relação aos dois últimos anos e observando sempre o tema da conferência, se o
99 nosso tema é gestão e financiamento- e ele é muito amplo, o gestor deve apresentar um
100 diagnóstico da situação, da gestão e do financiamento da política municipal de assistência
101 social para ser avaliado por toda a sociedade. A sociedade presente no dia da conferência. A
102 partir da prestação de contas do órgão gestor, ela deve ser em cima da última conferência
103 porque a prestação é em cima das ultimas deliberações, porque o executivo executou aquilo
104 que o conselho delibera na última conferência. Então, as deliberações da conferência este ano,
105 o conselho deve encaminhar para o gestor que incorpora no seu planejamento as deliberações.
106 Deve haver uma palestra no dia da conferência - a palestra é seguindo o tema geral que é
107 conforme orientações do Conselho Nacional. O tema é gestão e financiamento para efetivação
108 do SUAS. Qual é o objetivo da conferência? É subsidiar os grupos em debate e a tiragem de
109 deliberações. Então, o palestrante que vai apresentar o tema é para dar condições às pessoas
110 para tomada de decisão. Então deverá ser uma pessoa que tenha fala bastante simples de
111 forma que vai chegar a toda a sociedade e propiciar um debate maior e o trabalho em grupos.
112 A partir daí, o conselho fará suas avaliações em cima do que foi apresentado pelo órgão
113 gestor, a partir daí divide-se em grupos para fazerem discussão, principalmente dos eixos.
114 Pode-se dividir em eixos para que o grupo apresente em uma plenária final que é o ápice da
115 conferência - a parte mais importante da conferência é a plenária final. Nesta plenária, vão ser
116 lidas todas as questões que foram discutidas no grupo e aí os delegados irão deliberar sobre
117 aquelas deliberações. Os conselheiros têm a competência de alterar aquilo que vier das

118 oficinas, sendo da competência, de acordo com a legislação, poderá ser alterado na hora,
119 inclusive para a questão da monção que poderá vir das oficinas. Enfim esse é o processo de
120 realização da conferência. A plenária final eu já passei, e quem participa da conferência? O
121 gestor da assistência, representantes de órgãos públicos, trabalhadores da área e de outras
122 políticas que fazem interface com a assistência, representantes da assistência, usuários e
123 representantes de organizações de usuários, representantes de conselhos setoriais, Saúde,
124 Educação, pessoas deficientes, idoso, mulheres, representantes de universidades, Legislativo,
125 Judiciário, Ministério Público e outros se tiver no âmbito do município. Então essas são as
126 pessoas que participam da conferência. Pode passar, por favor! Bom! O cronograma das
127 conferências esse ano: a conferência municipal terá que acontecer de 9 de maio a 9 de agosto,
128 então eu gostaria que vocês anotassem, então, nesse período é que os municípios terão que
129 realizar as suas conferências. Os encontros regionais, essa questão é uma características
130 específica de Minas Gerais, nós não realizamos encontros regionais para municípios de
131 pequeno porte 1 e 2. As conferências regionais vão acontecer no período de 20 de agosto a 30
132 de novembro, os locais nós vamos apresentar logo à frente. A Conferência Estadual será 16,17
133 e 18 de outubro e a nacional será 16 à 19 de novembro em Brasília, a Conferência Estadual
134 será aqui em Belo Horizonte. Todas as informações senhores- eu informo que essa
135 apresentação vai ficar disponibilizada no site do CEAS, vocês não precisam se preocupar em
136 anotar, e também, o regulamento da conferência, onde estão todas as informações, já está
137 disponível no site do CEAS. Para municípios de pequenos portes 1 e 2, antes deles virem para
138 a Conferência Estadual, passam pelo processos das regionalizadas, lá vão ser escolhidos os
139 delegados das regiões, cada município estará representado na Conferência Regionalizada com
140 até seis (06) delegados. Pode passar! Aqui são os locais onde serão os encontros
141 regionalizados, somente fazendo um adendo, os municípios de pequeno porte 1 e 2 são
142 aqueles que tem até 20.000 habitantes. Então, seminários que a SEDESE já realizou com
143 todos os municípios para os novos gestores vocês receberam o painel e lá fala qual é o porte
144 do município. Bom! É, também não vou fazer a leitura de todos os encontros regionalizados,
145 está no regulamento do CEAS uma planilha anexa. Então, dependendo da cidade que vocês
146 residem é que vai realizar o encontro regional, a última coluna é a data onde será realizada e o
147 local será informado posteriormente. Iremos mandar e-mail e também vai para o site do CEAS.
148 Então, serão quinze (15) regionalizadas, pode passar, por favor! Bom! Quem vai da
149 Conferência Estadual conosco aqui em outubro? Os delegados que vierem diretos das
150 conferências municipais; para municípios de médio, grande e metrópole: serão 30 conselheiros
151 na metrópole e 224 municípios de grande porte - 8 de cada município; delegados oriundos dos
152 encontros regionalizados serão 140 representantes de municípios de porte 2 e 384 de
153 municípios de porte 1. Nós vamos ter o total de 1.000 delegados na conferência este ano em
154 outubro. Pode passar! A condição para participar nos encontros regionais e na Conferência
155 Estadual é o município ter realizado sua Conferência Municipal de Assistência Social, tanto o
156 CEAS o Conselho Estadual, quanto a SEDESE - a Diretoria de Gestão vai apoiar e subsidiar os
157 municípios para a realização da Conferência. Conforme dito no processo de governança da

158 SUAS, no âmbito do município, a conferência tem que ser realizada, sendo um momento de
159 extrema importância, e o município só poderá vir para a Conferência Estadual se realizar sua
160 Conferência Municipal, além de realizar, encaminhar os documentos necessários para o CEAS
161 - os instrumentais serão disponibilizados posteriormente, irão encaminhar via correio, por e-
162 mail até o dia 20/08, respeitando o tema e a forma de tiragem dos delegados. Quais serão os
163 documentos a serem encaminhados para o CEAS? O relatório sintético da conferência, que irá
164 falar o que aconteceu na conferência, a lista de presença dos participantes, a cópia da ata de
165 eleição dos delegados e a ficha de inscrição dos titulares e dos suplentes devidamente
166 preenchidas para que seja possível fazermos o processo de encontros regionalizados. Eu
167 estou falando claro? Está sendo possível entender? Se alguém não estiver eu peço que
168 anotem e no final abriremos para perguntas e debates. Bom! Então, aquele é o processo de
169 realização da conferência, nós sentimos a necessidade de falar a vocês para que fiquem mais
170 tranquilos na realização do município que já se inicia no próximo mês. Se é uma conferência
171 de assistência nós vamos fazer uma breve contextualização aqui também. Assistência social é
172 uma política pública instituída de forma legal a todos os entes, estadual, federal e municipal.
173 Então não é facultativo ao município exercer, implantar ou não uma política. É uma obrigação,
174 nós temos uma Lei, tanto no âmbito maior que é a Constituição, quanto na Lei Orgânica da
175 Assistência que regulamenta os dois artigos da Constituição. Na LOAS, no primeiro artigo fala
176 da definição do que é assistência - é um direito do cidadão, dever do Estado é Política de
177 Seguridade Social não contributiva que promove os mínimos sociais, realizada através de
178 conjuntos integrados de ações de iniciativa pública e privada e da sociedade para garantir o
179 atendimento das necessidades básicas. Então do objetivo da assistência a gente já entende
180 todo o escopo da nossa política. Dever do Estado significa o quê? Que o Estado brasileiro é
181 responsável pela sua gestão. Entendendo Estado brasileiro - União, Estado (SEDESE) e
182 Município, órgão gestor da assistência ele que é o responsável por fazer a gestão da Política
183 de Assistência Social. Política da seguridade social porque compõe o tripé juntamente com a
184 Saúde; Previdência, Saúde e assistência. Deu branco agora! A política de assistência compõe
185 esse tripé, e o indivíduo ele não precisa contribuir para ter direito a esse conjunto de ações que
186 é da assistência social como programas, projetos e benefícios. Esse conjunto de serviços é
187 ofertado pelo poder público e pela sociedade por parte das entidades de assistência social,
188 portanto quem é o responsável por toda essa gestão é o Estado brasileiro. Da organização da
189 Gestão, no artigo 6, já se começa a refletir sobre o tema geral da conferência. O que a LOAS
190 fala com relação à gestão. O artigo 6 – a gestão da assistência é organizada por meio de um
191 sistema descentralizado e participativo que é o Sistema Único de Assistência que tem os
192 seguintes objetivos, consolidar a gestão compartilhada com financiamento e cooperação
193 técnica entre os entes. Isso significa o quê? É que os entes federados devem co-financiar os
194 Sistema Único de Assistência Social que é a questão do apoio financeiro técnico, os entes
195 federados tem esse acordo no âmbito do sistema, considerando esse objetivo para que a
196 questão do Sistema Único de forma compartilhada chegue até o cidadão, integrar a rede
197 pública e privada de programas, serviços e projetos e benefícios de assistência social, integrar

198 serviços, programas, projetos e benefícios. No âmbito do SUAS nós temos uma normativa que
199 fala sobre isso que regula esse inciso 2 do artigo 6 que é a gestão integrada desses benefícios.
200 Estabelecer as responsabilidades dos entes federados da regulação, manutenção e
201 implantação das ações de assistência social na LOAS a gente tem as responsabilidades de
202 cada ente, no âmbito, essa responsabilidade é materializada no momento da adesão do ente
203 ao sistema, na adesão, de acordo com a organização do município, estão suas
204 responsabilidades com relação a esse processo. Se o município está habilitado na gestão
205 básica ele tem uma responsabilidade, na gestão plena outra, na gestão inicial outra, são os
206 níveis de gestão que o sistema comporta. Esse modelo de habilitação era anterior a essa nova
207 NOB, os municípios eram agrupados pelo nível de gestão. A partir da NOB 2012 os municípios
208 serão agrupados pelo seu indicador de desenvolvimento. Nós teremos uma alteração grande,
209 estamos no processo de transição, temos feito várias discussões para divulgar a NOB 2012,
210 inclusive com gravações disponíveis no site do CEAS, na AMM, com essas principais
211 alterações da NOB 2012. Aproveitando, terá um ciclo de debates realizado pela Assembléia,
212 pela SEDESE, MDS e outras instituições que estarão em 6 regiões do Estado para fazer a
213 divulgação da nova NOB, considerando que o período de transição termina em julho. Os
214 municípios, a partir de agosto, já entram no processo da nova NOB, no que diz respeito à sua
215 adesão ao sistema. O inciso 4 define os níveis de gestão: inicial, básica ou plena. Implementar
216 gestão do trabalho e educação permanente, iremos trabalhar isso nos eixos. Estabelecer
217 gestão integrada de serviços e benefícios e avançar a vigilância socioassistencial e a garantia
218 de direitos. Se observamos todo o artigo 6 da LOAS é o tema geral da conferência. Ele foi
219 subdividido extratificamente em seis eixos do tema geral. Pode passar! Do financiamento e da
220 assistência, nós pegamos do contexto político somente o que diz respeito à temática que é a
221 gestão e o financiamento, que já é o gancho para ser trabalho com vocês de forma bastante
222 sintética o tema da conferência. O artigo 28 da LOAS fala que o financiamento de benefícios,
223 serviços, programas e projetos, far-se-a com recursos dos entes federados. Isso aí já traz a
224 lógica da obrigação de financiamento por todos os entes. Confirma o artigo 30 da LOAS, lá no
225 parágrafo único do artigo 30 fala da obrigatoriedade de aporte de recursos próprios do tesouro
226 municipal. Então, o SUAS tem que ter financiamento próprio no âmbito do Município, no âmbito
227 do Estado e no âmbito Federal, no artigo 29 os recursos serão automaticamente passados à
228 medida que se forem realizando as receitas. Aqui já começamos com uma inovação: os artigos
229 aí já estão com alteração da LOAS, que foi feita em 2011 e isso já entra na NOB 2012. Na
230 mesma lógica que a LOAS garante o repasse regular e automático, fala da questão de acordo
231 com a realização das despesas. Nós iremos ter artigo da NOB 2012 que fala especificamente
232 do processo de acompanhamento. Tanto que a execução de receita agora virou indicador do
233 SUAS. Vocês serão agrupados, inclusive, em um destes indicadores que serão, inclusive,
234 receptor. O que for transferido para o município ele tem que executar igual ou superior a 70%
235 é o que fala o indicador do IGD a partir do momento que ele executar igual ou superior, ele vai
236 ser ranqueado nesse indicador onde serão agrupados os municípios na hora de pactuar com o
237 Sistema Único de Assistência. No artigo 30, o famoso, que é o CPF da Assistência Social é

238 condição para o repasse dos recursos a efetiva instituição e funcionamento do conselho, do
239 Fundo e do Plano de Assistência. Então, uma coisa é a instituição em forma de Lei e todos nós
240 temos, a outra coisa, é o funcionamento do Conselho, do Fundo e do Plano. Então, esses dois
241 artigos da LOAS dá todo o subsídio para trabalhar na Conferência a temática: Gestão e
242 financiamento do SUAS, pode passar por favor! Bom! No artigo 2 os objetivos da assistência, lá
243 fala em objetivos: a proteção social, a vigilância sócio-assistencial e a defesa de direitos esses
244 são os objetivos da assistência é o que temos que realizar no âmbito do SUAS. O que a LOAS
245 fala de proteção social no âmbito da assistência social é a oferta integrada e planejada de
246 serviços, programas, projetos e benefícios. Serviços é o carro chefe que nós temos; a
247 identificação dos 12 doze serviços que a assistência oferta, não oferta outro, senão o da
248 Tipificação. Os programas e projetos, eles não possuem uma regulação, uma diretriz própria. A
249 regulação é no artigo 24 da LOAS, fala que eles são complementares aos serviços tendo, início
250 meio e fim independente do serviço que é continuado. O programa, projeto e benefícios têm
251 início, meio e fim, então é complementar ao serviço. Então, desta forma que a Proteção Social
252 no âmbito do SUAS é oferecida ao cidadão. Serviços, programas, projetos e benefícios são
253 ofertados pelo poder público ou pelas entidades de assistência social, que chamamos de rede
254 complementar do SUAS. O outro objetivo da assistência é a vigilância sócio-assistencial, sendo
255 alterado na LOAS em dezembro de 2011, continha na NOB 2005, mas vamos dizer foi um dos
256 objetivos que não houve avanços, considerando os avanços que o sistema único deu! Então
257 ele foi alterado na NOB 2012 de forma mais clara, na LOAS, desculpa! E na NOB 2012 foi mais
258 claro ainda e mostra como se dará a operacionalização da vigilância sócio-assistencial. O que
259 a NOB 2012 e a LOAS falam é que a vigilância socioassistencial é a produção de informações
260 para dar subsídio a gestão na tomada de decisão. Que informações são essas? Ela divide
261 essas informações em dois eixos: o primeiro eixo é o levantamento de informações com
262 relação à situação de vulnerabilidade social e risco no território e a violação de direitos que
263 passam seus municípios. Então, ela divide vigilância nesse eixo 1 que será na prática o
264 diagnóstico de vulnerabilidade dos municípios. Os municípios possuem uma base que podem
265 propiciar esses diagnósticos que é o CAD Único. No CAD Único consegue identificar essas
266 situações de vulnerabilidade que a NOB falam quais são elas. Dentre elas: idosos, pessoas
267 com deficiência, renda, corte de renda e outras que a NOB descreve. O outro eixo da vigilância
268 socioassistencial são informações com relação à qualidade e oferta de serviços
269 socioassistenciais. Esse eixo da vigilância socioassistencial seria basicamente um diagnóstico
270 das entidades que ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios, entendendo
271 entidades públicas e privadas. Públicas: CRAS, CREAS, Centro Infantil, Centro do Idoso,
272 Instituição de Longa Permanência, se for pública, se for executada pelo município. É claro que
273 CRAS e CREAS só podem ser pelo município. E privada: Instituição de Assistência Social são
274 aquelas inscritas no Conselho que tem a autorização do Conselho Municipal para funcionar.
275 Então é este diagnóstico que a vigilância fala, nesse segundo eixo. Aí, a vigilância na NOB
276 2012 vem trabalhando na mesma lógica, tanto para entidade pública, quanto pela privada. Os
277 quatro indicadores- pegando os indicadores do CRAS, que é pedido quando fazem os

278 indicadores de vocês, tomando por base os indicadores do CRAS, é recursos humanos,
279 estrutura física, dia e horário de funcionamento e atividade realizada. A vigilância está
280 diretamente vinculada à gestão. Estando vinculada à gestão ela fala diretamente com as
281 Proteções Básica e Especial porque são as duas proteções em que os serviços, programas e
282 projetos estão relacionados. E o ultimo objetivo da assistência que está no artigo segundo é a
283 defesa de direitos que é a criação de espaços para defender os direitos socioassistenciais para
284 fortalecer a organização, a autonomia e o protagonismo do usuário. Então, esse é mais um dos
285 objetivos do sistema. Pode passar, por favor! Bom! Porque contextualizamos os artigos da
286 assistência? Porque ele dá o gancho do tema para entendermos a concepção da temática
287 desse ano da conferência. Então, como falei inicialmente a conferência tem o propósito de
288 analisar, avaliar e propor melhoramentos para o Sistema Único de Assistência. Então, esse é o
289 objetivo da Conferência. Então essa Conferência vai fazer a mesma análise, avaliação e
290 aprimoramento da gestão e do financiamento que nós vimos nos dois artigos anteriormente na
291 Lei Orgânica, e ainda iremos trabalhar seis eixos que são o co-financiamento obrigatório da
292 assistência social, falamos lá atrás, a gestão do SUAS - da vigilância sócio-assistencial,
293 processo de monitoramento e avaliação, eixo 3 Gestão do Trabalho, eixo 4 Gestão de serviços,
294 programas e projetos, o 5 Gestão de benefícios SUAS e o 6 a Regionalização. Esses eixos
295 estão materializados no pacto de aprimoramento do SUAS que todos farão com o Sistema a
296 partir de julho, como fala a NOB 2012. O pacto serão os seis eixos, então de certa forma, já
297 propicia ao município discussão dessa necessidade, de que forma o município está hoje e
298 como ele estará daqui um ano, daqui dois anos? Então, temos que trabalhar a temática com
299 esse objetivo. Pode passar, por favor! O eixo 1, o co-financiamento obrigatório da assistência
300 social. Na Lei orgânica, já falei sobre isso, significa que os três entes alocaram recursos
301 próprios para o financiamento da assistência. Além dos três entes colocarem recursos próprios
302 tem a questão do co-financiamento que está falando. A outra questão com relação a essa
303 temática é o repasse regular e automático mediante a regularização de receita. No âmbito do
304 município, como iremos fazer essa avaliação? Eu tenho política de conveniamento com as
305 minhas entidades? Eu repasso recurso para ela de forma regular porque o serviço está
306 acontecendo? Eu burocratizo a forma de repasse destes recursos? Eu monitoro a forma como
307 estes repasses estão executando os recursos? Isso é fazer algumas reflexões necessárias
308 para pensarmos nesse eixo na hora de trabalhar na Conferência Municipal. Quando pensamos
309 na questão da administração pública de política pública, quando se trabalha com
310 financiamento, nós temos o requisito legal que é constitucional que é o ciclo orçamentário. Isso
311 é constitucional e todos os entes têm que trabalhar com ele. O ciclo orçamentário, conforme
312 nós sabemos, são instrumentos de gestão necessários para estimar, receita, despesa, fazer o
313 planejamento do orçamento - que é o plano plurianual de ação que é o PPA. Esse ano,
314 inclusive, nós estamos no ano de construir a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei
315 Orçamentária Anual, nós da assistência social, inclusive os conselheiros, temos que atentar
316 sobre esta situação e aprender esta situação para podermos contribuir com o financiamento da
317 assistência, ou seja, existem instrumentos legais regulatórios de gestão que são feitos pelo

318 executivo municipal e a Assistência Social faz parte deste executivo, e ela não pode ficar fora
319 do processo de construção deste planejamento. Eu tenho que dá conta de entender essa
320 situação orçamentária e financeira para poder defender, definir juntamente com o executivo
321 municipal de que forma ficará o orçamento da Assistência. Estamos em um período propício de
322 discussão do orçamento no âmbito dos Municípios, do Estado e do Governo Federal.
323 Lembrando que o prazo para envio às câmaras é até setembro, a Assistência Social não pode
324 e nem deve deixar o orçamento ser replicado e construído por terceiros, o gestor tem que
325 participar do processo, o orçamento do SUAS tem que materializar a organização do sistema.
326 Quando você ver a função 08 do Fundo Municipal de Assistência Social você tem que
327 identificar e enxergar o Sistema Único de Assistência, tem que enxergar a Proteção social
328 Básica a Proteção Especial. O orçamento já não pode ser mais feito na forma antiga. Porque
329 trabalhar essa questão no pacto? Iremos precisar disso na hora de estabelecer o pacto, na
330 hora do co-financiamento obrigatório teremos que viabilizar essa informação do orçamento
331 para o pacto. O pacto tem um caráter de induzir o aprimoramento da gestão, ele pega os
332 ganchos e os eixos necessários para que Município, Estado e Governo Federal trabalhem na
333 sua gestão na concepção do sistema. Então, quando se identificarem com essa matriz do
334 pacto, vocês verificarão a necessidade do município fazer esse reordenamento no seu âmbito.
335 Avaliar se o orçamento do município está na lógica do SUAS. Aí pergunto para vocês, vocês
336 conhecem o orçamento do município para este ano, de 2012? Ele materializa o Sistema Único?
337 No orçamento têm as rubricas da gestão, da Proteção Básica, da Proteção Especial? Então,
338 uma orientação, uma sugestão: que o gestor acompanhe a execução do orçamento, o
339 planejamento do orçamento auxiliará a demanda, diagnóstico com a disponibilidade
340 orçamentária. Quando a gente faz o orçamento ele é uma estimativa do recurso que você vai
341 ter. Se for uma estimativa eu tenho que planejar. E como eu estimo, considerando essa
342 demanda? Quais os serviços que eu tenho hoje? Quais são as vulnerabilidades, os
343 diagnósticos de municípios da população para que afetem a assistência para assistência
344 atender? Qual a realidade de orçamento que o município tem para eu fazer esse planejamento
345 do orçamento? Então, ele não é aleatório, primeiro, preciso saber o que eu tenho? Quais os
346 serviços que eu tenho? E quanto custa esse serviço? Quanto custa o serviço? Um CRAS, o
347 que eu vou gastar para que o CRAS funcione mensalmente? Recursos humanos, telefone,
348 água, internet, material de escritório, medico, pedagógico, então, é dessa forma que eu faço o
349 cálculo de serviço para estimar e colocar no meu orçamento. E eu recebo de quais os entes o
350 meu recurso para financiar esse serviço? Então, se faz uma estimativa para a peça
351 orçamentária. Se eu recebo R\$ 4.500,00 do PAS do Governo Federal / mês, eu multiplico
352 4.500x12 - vai valer o estimado que eu tenho para aquele ano. A mesma lógica do piso, se eu
353 recebo 4.500,00 piso, IGD, enfim, os recursos que vocês já recebem têm que obrigatoriamente
354 constar no orçamento. Se eles não estiverem lá, vocês não conseguem executar. Outra
355 questão também, mesmo que vocês não recebam o serviço, mas existe a perspectiva ou a
356 possibilidade de serem abertos ou executados no município, terei que deixar uma janela no
357 orçamento para possibilitar, quando os recursos chegarem, fazer a execução dos recursos,

358 articulação política dos conselhos com o poder legislativo, discussão do orçamento nas
359 câmaras municipais, em audiência pública. Porque quando o executivo faz o orçamento, aí
360 estou falando da parte da assistência, as outras áreas não tem esse ritual, o orçamento é
361 encaminhado para o órgão gestor para o Conselho avaliar, verificar se todos os serviços que
362 existem no município e as propostas de inclusão de novos estão ali. Aquele orçamento é
363 validado pelo Conselho, devolvido pelo órgão gestor que encaminha para o planejamento, o
364 executivo encaminha para a câmara municipal para votação do orçamento. O papel do
365 Conselho neste momento é de extrema importância, acompanhar o processo de votação do
366 orçamento porque se o gestor não conseguir garantir o orçamento necessário para a Política
367 de Assistência Social, no orçamento, o conselho tem um papel muito importante. Na hora que
368 estiver tramitando este projeto de lei na câmara, no sentido de articular, mobilizar os
369 vereadores, a sociedade, para que possa ser feitas emendas no orçamento no sentido de
370 buscar melhorias de recursos para a Assistência e também para impossibilitar o corte, a
371 diminuição daquele valor que foi orçado e encaminhado para a câmara, então o Conselho de
372 Assistência Social tem um papel muito importante neste momento. Política de convênio -
373 as subvenções para entidades. A partir do momento que eu tenho um orçamento com três
374 recursos repassados pelo Federal, pelo Estado e pelos recursos próprios, aquele é o recurso
375 que o gestor tem para executar, a partir daí, a necessidade da demanda que nós falamos
376 acima e diagnóstico - o gestor irá verificar o que ele vai executar diretamente e o que vai ser
377 executado pelas entidades prestadoras de serviços. A partir daí, a subvenção que está na
378 rubrica dos orçamentos - será entendida que os recursos de subvenção é um recurso do
379 tesouro municipal, tem que ser criteriado para ser dividido com as entidades. Não é um recurso
380 que a partir do pedido do vereador A, B ou C do prefeito ele é disponibilizado para uma
381 entidade A. A subvenção tem que ser partilhada, obedecendo a critérios para atender a
382 demanda que eu coloquei lá em cima. Se o problema do município é com relação à violência
383 contra pessoa idosa, e se eu tenho uma entidade no município que atende pessoa idosa, eu
384 tenho que disponibilizar na minha partilha recurso para aquela entidade. Se eu não tenho
385 problema de trabalho infantil no município, se eu tenho uma entidade que trabalha com criança
386 e adolescente, se eu não tenho trabalho infantil, eu vou passar dinheiro para aquela entidade
387 resolver o problema? Se esse não é o meu problema? Então, o município não tem que ter uma
388 política de convênio para transferir o recurso do financiamento que ele não vai executar
389 diretamente para as entidades, a partir desse critério proposto pelo órgão gestor, o conselho
390 analisa delibera e inicia-se o processo de convênio. Bom! Dentre essas questões que
391 nós estamos trazendo para buscar uma reflexão no município com vocês, colocamos uma
392 destacada em cima que entendemos ser de extrema importância para esse eixo efetivamente
393 se realizar. Qual é essa questão que colocamos que é de extrema importância? Um projeto de
394 emenda à constituição para garantir recurso para a Assistência Social. É claro que isso é uma
395 sugestão do Conselho Estadual para vocês do município porque o Conselho Estadual negritou
396 e colocou essa ação como destaque nesse eixo. Se o co-financiamento é obrigatório da
397 Assistência, se os três entes tem que financiar, nós temos uma, nós não temos no âmbito do

398 SUAS uma vinculação de receita como a saúde e a educação tem, que é uma vinculação
399 constitucional. Isto foi garantido para essas políticas na constituição de 1988, inclusive fala em
400 percentual, que essas políticas terão obrigatoriedade de destinar para as áreas específicas, na
401 assistência, não. Na assistência isso vai a passos lentos e até hoje não conseguimos essa
402 garantia na Constituição de vinculação de receitas. Quem está a mais tempo na área, vocês
403 vão se recordar que toda conferência colocamos lá, garantir 5% do orçamento, garantir 3%, a
404 única forma da garantia é se ela vier constitucionalmente, se não vamos continuar trabalhando
405 dessa forma, dependendo muitas vezes do governante que está à frente do executivo para
406 garantir minimamente o que já foi alcançado até hoje. Entretanto, se tivéssemos uma
407 obrigatoriedade de disponibilizar o valor, o percentual do orçamento em âmbito municipal,
408 Federal e Estadual, é, aí sim, teríamos efetivamente um co-financiamento obrigatório. Aí, é só
409 uma sugestão do Conselho Estadual que entendemos ser de extrema importância quando
410 vocês estiverem na Conferência, e isso só ira se materializar se isso vier desde o município,
411 para as regionais, para o Estado para chegar em âmbito nacional, porque aí vai virar uma
412 deliberação nacional e iniciará o processo de mobilização, de articulação através do legislativo,
413 do sistema judiciário para emendar a constituição para essa questão de obrigatoriedade de
414 vinculação de receita para a assistência, ok! Nós vamos abrir para debate depois, como eu
415 falei anteriormente é uma sugestão do Estado para que venham de vocês essas deliberações
416 da conferência, mas é claro que fica a critério de vocês entenderem qual é a real necessidade
417 no âmbito do município de cumprir esse eixo co-financiamento que é obrigatório na assistência,
418 na hora que abrimos o debate nós discutiremos essa situação. Bom! O segundo eixo do tema
419 central é a Gestão do SUAS vigilância socioassistencial, processo de monitoramento e
420 avaliação. Na conferência de vocês, irão perceber que os instrumentos da conferência virão
421 nessa lógica. As tiragens, as deliberações serão aprovadas seguindo os eixos. Bom! Como eu
422 falei anteriormente a vigilância sócio-assistencial está diretamente, vinculada à gestão e ela
423 fala diretamente com as entidades prestadoras de serviços no âmbito do SUAS, que são as
424 entidades públicas e privadas. Quando falamos no início, o objetivo dos dois eixos que a NOB
425 2012 coloca: identificação de vulnerabilidade e qualidade na prestação de serviços. Com
426 respeito a essa situação das entidades da qualidade da oferta de serviço que vocês irão avaliar
427 lá. De que forma está a oferta de serviço no âmbito do município? Tanto pelas entidades
428 públicas quanto pelas privadas. Nós já conversamos com as entidades privadas? Elas já estão
429 integradas com o Sistema Único de Assistência? Nós vimos que ela faz parte! De forma a
430 complementar o Estado, as entidades compõem o sistema único. Se ela compõem e se o
431 SUAS é de responsabilidade estatal o Estado tem que conversar com elas. As entidades
432 nasceram antes do SUAS, elas não entendem ainda essa lógica de concepção do sistema.
433 Então, o SUAS, o sistema, a gestão tem que chamar essas entidades para conversar. Chamar
434 essas entidades para conversar significa ouvir as demandas destas entidades. Ouvir as
435 necessidades das entidades. Se ela está atendendo um público da assistência é um público
436 nosso. Ela está atendendo de forma correta ou equivocada? Se ela está atendendo de forma
437 equivocada é porque ela não foi instruída ainda porque ela trabalhava de forma anterior ao

438 Sistema Único. Então temos que ouvir dessa entidade os seus problemas, suas demandas e
439 suas necessidades. Porque, vamos supor uma entidade de atendimento institucional para a
440 pessoa idosa. A entidade fecha. O município vai atender o público específico que ela atendia?
441 Se ela fechar a responsabilidade é nossa, com a nossa ciência. Uma entidade de acolhimento
442 institucional, se a casa lar fechar e a entidade falar assim: _Bom gestor, eu não quero mais ser
443 entidade de assistência, cansei! E aí? Nós temos que chamar essas entidades pra conversar,
444 ela faz parte do sistema. Nós estamos a oito anos de implantação do SUAS. Há oito anos, lá
445 na Lei Orgânica, desde a Lei de 93, já fala da complementaridade da assistência. Entretanto
446 elas andaram de um lado e a Assistência de outro. Nós estamos a oito anos de implantação do
447 SUAS e essa diretriz, ainda continua ela de um lado e o SUAS de outro, porém ela faz parte
448 do Sistema também. Então, quando colocamos a questão do eixo priorizamos; aí o Conselho
449 Estadual traz mais uma sugestão de deliberação. Uma sugestão: entendemos que estamos em
450 um período de avançar na questão de vinculação de entidade apesar da LOAS falar de
451 vinculação de entidade, da NOB 2012 falar de vinculação, nós não sabemos direito o que é
452 vinculação das entidades privadas no SUAS. Isso ainda é um pouco obscuro porque na pratica
453 isso ainda não aconteceu. O que o sistema entende de vinculação? Inicia-se pela inscrição do
454 Conselho, que encaminha a documentação ao órgão gestor, que declara ao Governo Federal
455 que aquela entidade é de assistência social e que o governo federal vai vincular essa entidade.
456 De acordo com a NOB só o Governo Federal tem essa competência, ela fala que terá garantia
457 de financiamento. Garantia de financiamento é de quem? No SUAS garantia de co-
458 financiamento é dos três entes. Como vamos vincular entidades se nós não conversamos com
459 elas. Elas não estão adequadas na lógica do sistema. Eu pergunto para vocês. Uma casa que
460 atende criança e adolescente, oferta de serviço de convivência está na lógica da Tipificação? O
461 que na Tipificação e na NOB falam? Que o CRAS está no território é a referência daquela
462 entidade? Eu pergunto para vocês: tem algum município que já construiu essa referência? O
463 que é essa referencia no âmbito do SUAS? É o técnico do CRAS sentar com essa entidade e
464 construir o planejamento, as atividades que serão desenvolvidas, o monitoramento, o
465 acompanhamento e a vinculação. Estar junto no processo de avaliação para contribuir com
466 aquela entidade, se na entidade não há profissional específico, veja de que forma o Sistema
467 Único irá apoiar a entidade. É dessa forma que o Sistema Único introduz a entidade e faz
468 referência. Então como vamos vincular se ainda não houve essa conversa com ela? Então com
469 relação a essa questão da vinculação que está desde a NOB 2005 e agora na 2012, falando da
470 vinculação da entidade, mas agora ela não avançou. O que temos na verdade foi o sistema
471 que foi aberto para que o órgão gestor insira as entidades lá. E nós sabemos que no órgão
472 gestor, dentro de Minas Gerais 284 municípios não inseriram as entidades no sistema. Nós
473 vimos que elas estão no SUAS e o município não as colocou no sistema que foi fechado em
474 março. Porque isso? Porque agora em outubro vai ser disponibilizado o Cadastro Nacional de
475 Entidades. Entendemos que a partir daí poderá se iniciar o processo de vinculação. Os
476 municípios devem ficar mais atentos com essas questões, porque a entidade é do sistema. Ela
477 não poderá andar sozinha mais. E quando colocamos a questão como vinculação do Sistema é

478 no âmbito do município que essas questões devem ser trazidas para as conferências. As
479 entidades têm que se sentirem parte do processo da Política de Assistência Social. Pode
480 passar, por favor! O eixo 3 do tema geral é com relação à Gestão do Trabalho, que também é
481 um tema que está avançando a passos muito lentos no âmbito do SUAS e nós sabemos que
482 isso é um processo normal. Em toda política existem coisas que são mais difíceis e
483 processuais do que outras que são mais tranquilas de acontecer. A questão da Gestão do
484 Trabalho é um dos processos mais morosos e ainda caminha a passos lentos na Assistência.
485 O que a Gestão do Trabalho fala à NOB-RH 2006? É onde fala mais claramente, de que forma
486 se dará a operacionalização da Gestão do Trabalho. Sendo por meio de 3 eixos: primeiro,
487 plano de carreira, cargos e salários, a realização de concursos públicos no âmbito do SUAS, a
488 outra questão é a capacitação da rede socioassistencial, a outra questão é sobre as equipes de
489 referência. São três eixos na Gestão do Trabalho que são impactantes na gestão do sistema e
490 têm dificuldades de serem operacionalizadas. Porque? Porque para o município implantar,
491 fazer um concurso público deverá haver uma lei que garanta isso. Os municípios já estão com
492 a sua lei da política de assistência social adequadas ao Sistema Único de Assistência? Se eu
493 não tenho em nenhuma lei que no município tem CRAS, tem CREAS, tem os serviços, como é
494 que vou pensar em concursos? Como o jurídico irá pensar em concurso para assistência, para
495 coordenador do CRAS, se no âmbito do município não existe uma legalização do CRAS. Existe
496 em âmbito maior um sistema maior, mas como trabalhamos com política pública por meio de
497 normatização, de legalidade e no âmbito do município a lei maior é a lei que implanta a política
498 municipal de assistência e ela tem que estar adequada ao Sistema Único, já tem que haver as
499 proteções, já tem que ter os equipamentos na lei, é claro que ela não concentra em todas as
500 especificidades, sendo de acordo com a capacidade do município, não sendo generalizada,
501 mas o CRAS não pode ficar fora da lei. Porque eu vou propor concurso público para CRAS se
502 no município não tem cargo para coordenador? Na estrutura administrativa da gestão não
503 existe CRAS, não existe proteção, não existe gerente da Proteção Básica, da Proteção
504 Especial. Então são questões que temos que pensar, levar para a conferência e avançar.
505 Inclusive com proposta de organização da lei, proposta de programa. Nós temos que aprimorar
506 a gestão, sendo isso que estamos falando. A outra questão é com relação à capacitação da
507 rede socioassistencial. Há ainda outra questão, se eu ainda não falei com a rede, capacitá-la é
508 bem menos. Então o município tem que ter seu plano municipal de capacitação. Capacitação
509 não é só responsabilidade do Estado e do Governo Federal porque a rede do município é
510 maior. Então tem que haver capacitação para a rede. Composição das equipes de referência -
511 se vamos ser agrupados a partir de agora por indicador e se as equipes de referência são uns
512 dos indicadores do SUAS, temos que pensar nesses indicadores também. Então o que
513 trazemos como sugestão para ser discutido no âmbito da conferência de vocês? E nós
514 acreditamos que se pegarmos ações concretas, fortes de muita importância será mais fácil
515 materializar aquilo do que se fizermos “n” deliberações, pulverizando muitas vezes as
516 deliberações e vemos que é mais difícil sair do papel, por isso sugerimos situações para que
517 vocês analisem. No âmbito desse eixo nós viemos com uma questão forte que é criar a

518 imagem do trabalhador do SUAS. Aí temos que verificar que conceito é este de trabalhador do
519 SUAS, o que a resolução do Conselho Nacional fala com relação a isso, e a NOB 2012 fala
520 com relação a isso? Trabalhadores do SUAS são aquelas pessoas, indivíduos que fazem parte
521 e trabalham não só da Proteção Social Básica, mas também da Proteção Especial, inclusive
522 na rede complementar. Eles também são trabalhadores do SUAS. E não é só assistente social,
523 não é só psicólogo. É, inclusive, profissional de nível médio. Equipe de referência tem
524 profissional de nível médio. Não é só psicólogo. Então criar essa identidade de trabalhador do
525 SUAS no município, principalmente buscando os trabalhadores de assistência social
526 complementares, criando fórum dos trabalhadores no município. Criar fórum municipal ou
527 regional, propiciar a esses trabalhadores galgarem patamares melhores, enfim é nesse eixo
528 que nós trazemos essa proposta. Pode passar! O quarto, ainda. Bom! Só para lembrar para
529 vocês as equipes de referência. De acordo com a NOBSUAS RH, as equipes de referência são
530 quatro. Equipe de referência da gestão da NOBRH fala quem é a equipe de referência da
531 gestão: o gestor da Proteção Básica e da Especial, do fundo da vigilância. A equipe de
532 referência só do CRAS, dos outros dois serviços não existe equipe de referência, portanto não
533 podemos cobrar equipe de referência de entidade complementar que oferta serviço na
534 Proteção Social Básica porque a NOB não fala que tem. Então, não podemos cobrar. Quem é
535 referência da entidade que está no território do CRAS da Proteção Básica do CRAS? Então
536 temos que buscar fazer reflexões com relação a isso. A NOB fala que equipe de referência da
537 Proteção Especial de media complexidade é no CREAS e no CREAS top porque nos outros
538 serviços não tem equipe de referência. Serviço de abordagem de rua, pessoa em domicilio com
539 pessoa deficiência e idosa, então não existe equipe? Inclusive medida sócio-educativa em
540 meio aberto, que é um dos serviços de media complexidade, a NOB fala que não. Mas nós
541 temos como fazer a normatização disso no município. Se você no município entende que a
542 execução da medida sócio-educativa tem que ter uma equipe própria, o município tem
543 completa autonomia para fazer isto. Que a norma dá as diretrizes. A norma tem esse objetivo
544 de dar as diretrizes no seu âmbito, sem nenhum problema. E as equipes da alta complexidade?
545 O que são as equipes da complexidade? São equipes de referência localizadas no órgão gestor
546 que serão as referências da alta complexidade e acompanharão as entidades de alta
547 complexidade, e terá a entidade que executa o serviço, e daí? A entidade da alta complexidade
548 que executa tem equipe de referência e na NOB está descrito o que é equipe de referência. Aí
549 é só uma lembrança, na NOB, se eu não me engano, a partir da página 19 já fala das equipes
550 de referência. No eixo quatro, gestão de serviços, programas e projetos, também será bastante
551 tranquilo, porque um dos objetivos da política é garantir a proteção. A proteção é garantida por
552 lei, serviços programas e projetos e benefícios. Tem um eixo que é só de serviço, programa e
553 projeto. O que a LOAS fala no artigo 24? Serviços são atividades continuadas e programadas
554 para atender a população, com as suas necessidades de acordo com suas vulnerabilidades.
555 Os programas, projetos tem início meio e fim e são complementares ao serviço. Sempre
556 buscando qualificar o serviço. Se for complementar a porta de entrada é o serviço e quem
557 encaminha para o programa são as equipes de referência dos serviços. O programa só existe

558 se tiver a necessidade de qualificar os serviços. Significa na pratica o que? A equipe de
559 referência identifica na pratica os serviços e identificou que aquela família necessita de outra
560 ação complementar e vai identificar no município, um programa e projeto para inserí-la naquele
561 programa. Os projetos estão muito ligados ao enfrentamento da pobreza, erradicação da
562 miséria, a própria LOAS alterada já vem com esse indicativo. Sempre em complementaridade
563 dos serviços. Gestão - a importância para elaborar diretrizes gerais para execução dos
564 programas. Principalmente no âmbito para orientar as entidades. Porque isso? Temos na
565 política dos SUAS a tipificação dos serviços e os programas não tem tipificação e nem vai ter,
566 porque a lógica não é essa. Se ela é complementar. O município tem que definir diretrizes para
567 o seu âmbito municipal, sempre garantir diretrizes para seu âmbito municipal e minimizar a
568 situação de miséria. Porque se não houver diretrizes no município, as entidades poderão
569 implantar um projeto de acordo com a mesa diretoria, a presidência da entidade, o que acha
570 que é interessante, que será bom para o município porque não existe nenhuma diretriz com
571 relação a isso. Então o gestor deve propor essas diretrizes de programas e projetos para o
572 conselho deliberar sobre isso para ser discutido e criado conjuntamente com as entidades. Nós
573 temos no âmbito Federal, Estadual, Municipal, o programa Bolsa Família, o Programa de
574 Erradicação de Trabalho Infantil, o Programa Imigrante, o Programa Travessia, Programa Brasil
575 Sem Miséria, enfim outros programas existem no âmbito Estadual e Federal e no Município
576 seus programas tem que ter diretrizes aprovados em Conselho. Equipe de CRAS e CREAS
577 para referenciar os serviços da rede socioassistencial, isso é uma função da equipe de
578 referência, está nas orientações de CRAS e CREAS, está lá a função. Dentre as funções da
579 equipe de referencia estão estas: garantir a cobertura dos serviços socioassistenciais para as
580 comunidades tradicionais, quilombolas, ciganas, ribeirinhas, indígenas, populações
581 tradicionais, populações de risco, dentre outros. Porque foi colocado nisto também, porque isso
582 também é uma situação que não avançou no âmbito do SUAS. Nós temos questões
583 específicas que falam sobre isto: implantação de um CRAS em comunidade indígena, em
584 comunidade quilombola, porém sabemos que isso não avançou. Temos 300 municípios no
585 Estado que estão com equipes volantes. As equipes volantes estão cobrindo estes territórios?
586 Os CRAS está fazendo atendimento as famílias nestes territórios com esses serviços? Pode
587 passar! O eixo cinco é Gestão de Benefícios no âmbito do SUAS. Entendendo a Lei no âmbito
588 do município teremos dois benefícios: é o benefício de prestação continuada que é
589 constitucional e está lá na constituição, garantia de um salário mínimo para pessoas inicial
590 (sic), para pessoa com deficiência, idosa até um quarto do salário mínimo e tem os benefícios
591 eventuais devem ter regulação no município. Todos os municípios, aqui, com certeza têm uma
592 lei municipal que regula a concessão de benefícios. O critério da concessão tem que ser
593 aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. O conselho tem que definir diretrizes
594 para a concessão do benefício. Acompanhamento e fiscalização da concessão do benefício
595 pelo Conselho Municipal de Assistência pode voltar, por favor! Colocamos com destaque para
596 ser refletido e discutido, inclusive para ser deliberado no âmbito do município a gestão
597 integrada de serviços e benefícios. Como foi falado anteriormente no slide da Proteção Social

618 do SUAS. O benefício também é complementar ao serviço. Então quando uma família é
619 atendida pelas equipes de referência é ela quem acompanha aquela família. É ela que precisa
620 indicar se aquela família precisa ser beneficiada pelo benefício eventual. O benefício eventual
621 tem que está integrado com o serviço é essa a concepção do protocolo de gestão integrada no
622 âmbito do sistema. O benefício não pode ser solto porque são as equipes que fazem o
623 acompanhamento da família, pode passar! E o último eixo é o eixo da regionalização, que faz
624 parte do tema central da conferência, o que este eixo com relação aos objetivos da ementa
625 deste eixo: garantir a integralidade da cobertura do serviço no território. A normativa do SUAS,
626 tanto a LOAS quanto a NOB fala que a regionalização deverá acontecer na excepcionalidade
627 da oferta do serviço no território. Então o município tem que mapear o serviço no seu território
628 para ver se realmente existe a necessidade da regionalização. Sabemos quais são as regiões
629 do território que necessitam do serviço? Outra coisa, o serviço que eu tenho no município é
630 necessário para cobrir essa demanda? Para somente a partir daí eu pensar em cobrir essa
631 demanda. Definição da regionalização dos serviços em âmbito municipal e estadual. No âmbito
632 Estadual nós já temos o critério da regionalização que é a resolução do CEAS 366 - essa
633 resolução 366/10 fala quais são os critérios para o município sediar ou aderir aos critérios da
634 regionalização. Então, os critérios já estão prontos porque, a partir do momento que, o CEAS já
635 deliberou sobre estes pontos. Enquanto o município fez a territorialização do município dele,
636 enquanto esse município for regionalizado, aí ele entra no processo de pleitear a
637 regionalização - fragilidade de aplicação da proteção básica pelo CRAS. Porque eu tenho que
638 pensar nessa situação? Para regionalizar eu tenho que ter uma base regionalizada. E o que no
639 âmbito do SUAS, nas normativas do SUAS fala em CRAS em funcionamento, pode passar por
640 favor! No âmbito do SUAS o que é um CRAS em funcionamento? É estar com os quatro
641 indicadores atendidos, que são aqueles que falamos. Então percebemos no âmbito do Estado
642 que ainda existe uma fragilização com relação ao indicador. Esse mapa mostra o quê? Onde
643 está branquinho é onde não tem nenhum CRAS, um rosa mais clarinho é onde tem um CRAS
644 só - a grande maioria, o número 2 o rosa mais clarinho tem 2, o número três é onde mais de
645 dois e o rosa mais forte 4 ou mais CRAS. Então percebemos uma cobertura quase universal no
646 Estado de CRAS, pelo menos um. Pode passar por favor. A partir daí já começa o nosso
647 problema: nós temos a cobertura, mas ela não está em funcionamento, o Censo mostra isto
648 para nós. As normativas falam que CRAS em funcionamento é cumprir os quatro IDS, aí
649 tenho a fotografia daquele mapa. 4.3 atendem os IDs 2.5 não atendem. Então este é o meu
650 problema para fazer a regionalização. Porque temos que ter isso organizado para fazer a
651 regionalização? Pode passar! Tem que ter isso organizado. Se não eu não garanto o
652 acompanhamento da família que precisou da regionalização que ficou no meu território, a
653 regionalização saiu da base do município, mas a família ficou. Se eu não estou com a base
654 organizada, como vou acompanhar essa família e preparar essa família para quando o usuário
655 que está em violação de direito, retornar? Mostramos especificamente para pensarmos na
656 questão da regionalização na fotografia do mapa com relação aos indicadores. Por exemplo,
657 indicador de horário de funcionamento é tranquilo, por quê? Dos 1050 CRAS que existem no

638 Estado hoje, 1036 já atendem, ou seja, funcionam 8 horas por dia 5 dias por semana. Esse não
639 é o problema. Horário de funcionamento já está mais ou menos 50%, 457 CRAS já estão
640 funcionando 8 horas. Ah, desculpas! Estrutura física. Estrutura física significa o quê? Os
641 espaços físicos mínimo para funcionar o CRAS. Aí, irá depender do porte do município.
642 Minimamente o CRAS é na recepção, banheiro feminino, masculino, sala para atendimento,
643 sala multiuso que é para oficina e acessibilidade, corredor e rampa, então nessa estrutura
644 mínima, na construção do equipamento mínimo para o CRAS eu tenho a metade só, quase que
645 a metade que atende 497. Passa para o outro indicador, por favor! Atividade realizada - aqui
646 tinha que haver os 1050 desenvolvendo atividades realizadas e somente 349 desenvolve as
647 atividades do PAIF, como vou garantir regionalização se este indicador está fragilizado. Quais
648 são as atividades realizadas pelo PAIF, está na tipificação do trabalho social do Serviço de
649 Proteção Especial à família - 721 CRAS não desenvolvem as atividades de PAIF. Pode passar.
650 E esse é o nosso maior problema da regionalização. Equipe de recursos humanos - as nossas
651 equipes de referência do CRAS, somente 235 dos 1050 atendem ao indicador. Como vou
652 pensar em regionalização se a proteção básica não está funcionando, está funcionando é
653 cumprir os quatro indicadores do CRAS. Esses números são para fazermos uma reflexão com
654 vocês sobre a necessidade do município pensar na sua territorialização. Pensar onde está os
655 problemas, a quantidade deles no território, os serviços implantados e a necessidade de
656 cobertura dos serviços à população. Bom! É dessa forma bastante simples que nós trouxemos
657 subsídios para que vocês possam realizar a conferência municipal da assistência. Acho que
658 podemos abrir para debate, não é isso? Muito obrigada. (aplausos). Eu vou pedir ao conselho
659 Estadual para organizar a inscrição para nós. Pode Cris? Por favor! Para este momento do
660 debate, vocês podem entregar o crachá para os membros da secretaria executiva que estão no
661 corredor. A Rosa - as meninas estão se organizando aqui e nós vamos fazer blocos de cinco
662 perguntas ou cinco comentários sobre a conferência municipal. Enquanto o pessoal se
663 organiza, outra questão pode também ser por escrito, se quiser manda aqui para a mesa que
664 nós vamos organizando. Eu quero pedir à Senhora Marluce Ramos de Aguiar, da cidade de
665 Rubi que procure um dos membros da secretaria executiva porque ela perdeu o documento, e
666 está aqui conosco. Marluce Ramos de Aguiar, cidade de Rubi.

667 INTERLOCUTOR – nós temos uma pergunta ---- de Governador Valadares, no caso de
668 entidades da rede social instalada em território que não é coberta pelo CRAS, qual equipe de
669 referência acompanhará essas entidades?

670

671 JUANITA – a próxima pergunta é da Soraia Botelho de Araujo de Nova Lima. Em seguida
672 Leonardo Miguel da cidade de Oliveira também pode se posicionar perto do microfone, Soraia
673 Botelho de Nova Lima.

674

675 SORAIA BOTELHO – bom, a todos parabéns ao CEAS pela iniciativa e por nos dá essa
676 oportunidade de uma manhã como esta, podermos discutir os fundos, porque estamos
677 discutindo os fundos da política de assistência social, enquanto direito e cidadania. E eu tenho

678 duas perguntas e não sei se eu poderia dizer, não sei se eu poderia dizer que são perguntas,
679 mas abri uma discussão. Seguinte: a primeira é uma preocupação que nós do conselho de
680 Nova Lima estamos tendo em relação à participação efetiva dos usuários, porque o que
681 acontece, nós estamos aqui hoje, somos gestores, membros de conselho, outras pessoas da
682 sociedade civil, outras pessoas participando dessa discussão. No entanto quando se leva uma
683 questão como esta à rede de usuários não é tão participativa. E quando chegamos à
684 conferência que também está tanto na NOB quanto em outras normativas, nós nos deparamos
685 com essa participação um pouco fragilizada, dos usuários. Então eu gostaria de saber assim, é
686 claro que aqui é um passo inicial, estamos tendo um processo de facilitação do debate porque
687 recebemos uma série de diretrizes que podem clarear este debate, mas a minha pergunta é
688 esta que tipo de instrumental que poderíamos utilizar? Porque é claro que quando chegamos
689 ao município temos que dá conta dele, mas para nós é difícil dar conta desses desafios
690 sozinhos. Como criar instrumentais, como criar, fomentar uma participação mais efetiva dos
691 usuários? A segunda questão é: os trabalhadores do SUAS - nós em Nova Lima já iniciamos
692 essa discussão de introduzir e criar essa identidade dos trabalhadores, criando mesmo. Nós
693 em Nova Lima consideramos trabalhadores desde as pessoas que estão nos serviços gerais
694 até a gestão, nós incluímos todos esses atores também no quadro do SUAS e queremos
695 introduzi-los também na conferência. Queremos que sejam delegados, que saiam como
696 delegados, mas na nossa conferência, não sei se alguém faz do mesmo jeito, fazemos no
697 mesmo dia a eleição dos novos conselheiros da sociedade civil, nós temos uma lei antiga que
698 não está prevista essas categorias: administrativo como trabalhador do SUAS e serviços gerais
699 como trabalhador do SUAS. Então, gostaria de saber se na conferência, mesmo que não seja
700 alterada a lei de criação no município, onde já estará definida uma composição da sociedade
701 civil, se nós teremos no conselho a possibilidade de fazermos uma resolução para que esses
702 atores, trabalhadores do SUAS, entrem e possam inclusive ocupar assento dentro do conselho
703 e saírem como delegados e também ao mesmo tempo terem sua participação garantida no
704 conselho. São estas duas perguntas. (aplausos)

705

706 JUANITA – Leonardo Miguel da cidade de Oliveira, e, em seguida o Senhor Eguiberto também
707 da cidade de Oliveira pode se posicionar perto do microfone.

708

709 INTERLOCUTOR – Eguiberto não irá fazer pergunta não. A respeito da PEC que a senhora se
710 referiu o Estado de Minas Gerais pode legislar individualmente a respeito de distribuição de
711 renda e em serviço social, porque não pode fazer uma emenda na constituição de Minas
712 Gerais, já prevendo isso? Já seria uma norma e inseria nas demandas municipais, muito
713 obrigado. (aplausos)

714

715 JUANITA – senhor Eguiberto não vai fazer, então o último desse bloco senhor Edenilson de Sá
716 de Belo Horizonte, depois a gente reinicia o bloco.

717

718 EDENILSON – bom dia pessoal, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de
719 Belo Horizonte. Eu quero perguntar ao CEAS quando se tira um delegado para a conferência
720 nacional ?

721

722 JUANITA – nós vamos iniciar e dividir a resposta na mesa diretora, vou começar pela pergunta
723 de Governador Valadares. No caso da cobertura da rede considerando que o território - o
724 município, só é coberto por um CRAS, qual a equipe de referência que vai acompanhar essas
725 entidades? Desculpa. No caso das entidades da rede complementar de assistência instalada
726 em território que não é coberto pelo CRAS qual é a equipe de referência que irá acompanhar
727 as entidades? Pois é Adriana, esse é um problema, pois com a implantação do Sistema nós
728 não nós atentamos para isso, aqui são duas questões, primeiro que nós implantamos o SUAS
729 de uma forma bastante rápida, e ela não foi planejada como deveria, primeiro que não temos
730 cobertura ainda universal do CRAS, como vocês viram no mapa, nós temos a cobertura de
731 município de acordo com o território. O que a NOB fala de acordo com o número de famílias
732 beneficiadas? Isso só vai acontecer quando houver a cobertura de pelo menos um CRAS no
733 município. Nós ainda temos no âmbito do Estado 15 municípios sem CRAS, estou falando em
734 Minas Gerais a partir daí, quando tiver a cobertura de município inicia-se o processo de
735 expansão, obedecendo aos territórios como fala a NOB, só que isso hoje é uma pratica. Então
736 como obedecer a essa situação? Não foi por falta de recurso, nós vamos cair no co-
737 financiamento obrigatório, e por essa cobertura ainda não está implantada nós temos que
738 pensar em estratégias, umas delas, as entidades foram instaladas anteriores aos CRAS. O
739 CRAS foi instalado muitas vezes sem um diagnóstico da necessidade de onde ele deveria
740 realmente está. Então já temos um problema. E o que podemos fazer até essa situação se
741 resolver. Aí, já é o gestor, pensar em ter uma equipe de referência na gestão para cobrir esse
742 território, sem onde tiver esse equipamento, é uma questão complicada, mas os municípios
743 têm que pensar em estratégias, essa seria uma delas. Outra seria: na conferência de acordo
744 com a necessidade, lá no eixo de gestão de serviços, programas, projetos - deliberar sobre a
745 implantação de CRAS daqueles territórios sem a cobertura. Seria outra estratégia. A outra
746 estratégia: garantir no orçamento do município a previsão de implantação de mais um CRAS,
747 no prazo de dois anos, seria outra estratégia. Mas em todas as estratégias percebemos que
748 precisam de financiamento, se não vamos de novo voltar à questão de garantir na conferência
749 5%, de quê?. Porque nacionalmente tem a obrigatoriedade de: o que você vê na LOAS? A
750 política de assistência social tem a finalidade de seguridade social. No âmbito do Estado, de
751 Município não tem arrecadação de seguridade social, isso significa que pelo menos no âmbito
752 Federal tem que haver essa garantia porque esta na seguridade, no âmbito do município e
753 estado nem isso tem garantia, por causa da questão da seguridade social. Então na mesma
754 lógica, na pratica o que aconteceu no Estado? O Estado de Minas antecipou na implantação do
755 Sistema de Informação e Monitoramento - o SIM, que foi anterior à rede SUAS. Depois que o
756 Governo Federal normatizou a rede SUAS, o Estado está tendo que sempre, constantemente,
757 adequar o sistema de serviço para estar de acordo com a normativa federal e para minimizar

758 os impactos nos municípios. Porque se eu tenho uma diretriz no Estado que é diferente do
759 governo federal, os municípios- nós estamos trabalhando em uma lógica simplificada, os
760 municípios estarão trabalhando e obedecendo a quem? Então, só no ano passado para esse
761 ano foram feitas duas alterações no sistema, buscando adequar primeiro a vigilância social
762 assistencial depois a adequação do município. Então, se sistema é do Estado e respeitando a
763 questão hierárquica da federal, então é por isso que estamos - porque é uma sugestão da
764 PEC, para emendar a constituição. É claro que o município pode fazer outra opção, aí já
765 respondo, já faço consideração, em cima do Leonardo. Esses, aqui mesmo, ficarão para os
766 nossos colegas responderem.

767

768 INTERLOCUTORA – bom dia gente! Muito bacana ver essa plenária cheia, realizada é um
769 momento especial para nós a possibilidade de termos um contato mais de perto. Eu pedi a
770 Juanita para responder à pergunta da conselheira de Nova Lima, ela pergunta, como pode um
771 usuário participar mais efetivamente das conferências? Aí quero fazer uma reflexão rápida
772 dizendo que eu nunca tive dúvida de que a Constituição Federal é viva, vocês concordam? A
773 LOAS é viva. Veja bem, esse público aqui, o que nós agrega, o que nós une? É o SUAS, não
774 é? Nós estamos aqui pelo SUAS, todos nós estamos aqui pelo Sistema Único de Assistência
775 Social, todos nós estamos aqui respirando, sentindo, pensando, construindo, então quando
776 vemos a Constituição Federal - os artigos 203 e 204 regulamentados na Lei Orgânica de
777 Assistência Social, aí você se apodera da Lei Orgânica, conhece a política, conhece todas as
778 normativas, a NOB, a Tipificação, aí você vê, nossa isso é um espetáculo! Mas este
779 espetáculo, essa vida ela precisa ser vivida, sempre compreendendo e participando no
780 processo de construção do Sistema. Porque o processo ele é público, ele dispõe sobre a
781 proteção social, mas a proteção social não é só da assistência social. Ela é um enorme campo,
782 é uma praia. Então, como se nós todos estivéssemos na praia e estivessem presentes todas as
783 políticas públicas que viessem garantir a assistência social. E o foco das políticas públicas são
784 as famílias, não é verdade? Das políticas sociais é a família, porque está previsto na
785 Constituição Federal as necessidades básicas para essas famílias, trabalho, educação,
786 alimentação, saúde, segurança etc. Então estamos naquela grande praia com todas aquelas
787 políticas presentes e as famílias transitando, as famílias transitam sobre os serviços. Então,
788 porque estou fazendo essa transação de nos sentirmos vivos e implicados nesse processo de
789 transição? Porque a principal ferramenta nossa se chama escuta, uma política ela é construída
790 de cima para baixo. Por exemplo, quando a Juanita fez uma fala brilhante, quando ela coloca o
791 que está ali na NOB SUAS, exemplo, a equipe de referência da gestão, é colocada que tem
792 que ter o gerente de proteção social básica, proteção especial. Gente, mas isso é realidade do
793 os municípios de porte 1 e 2? É lógico que não, no máximo que vai ter é um técnico e muitas
794 vezes, ele é o gestor que percorre entre as unidades públicas, o que está fazendo no CRAS,
795 nas unidades, então, isso não é realidade. Então, temos que fazer e tornar realidade o que está
796 lá. O que é prioridade? O usuário - ele, às vezes, não seja implicado, porque não sente
797 participativo, porque às vezes estamos trabalhando de forma compartimentada, fragilizada, nós
20

798 ainda não aprendemos a trabalhar em rede. Falar em rede - eu gosto de citar exemplos, na
799 semana retrasada eu vi uma associação de deficientes, eles me procuraram e disseram:_
800 Anália, tem a rede de tecnologia em São Paulo e nós queremos um ônibus para irmos à feira.
801 Nossa, que maravilha, vamos agora agilizar isso! Aí, poderia falar isso: _ Olha, vocês vão lá na
802 Saúde porque ônibus tem que ser na política da saúde. Não é assim que eu vou tratar com
803 eles. Eu vou dizer assim: é, tem como eu agir. Eu liguei para o secretário de saúde e falei
804 vamos marcar um momento, um espaço com o prefeito para conversamos sobre este
805 transporte, essa demanda que está aqui no meu gabinete para as pessoas com deficiência
806 porque isso é um momento espetacular. Aí vamos todos pra lá. Podemos conseguir um ônibus
807 para levar todos à São Paulo. Ano passado na feira da tecnologia uma mãe, ela encontrou um
808 aparelho que conseguia comunicar com o filho, uma coisa espetacular. E cada dia isso cresce
809 mais. Estou dando esse exemplo para falar de escuta. Qualquer coisa que chega até nós, ou
810 que chega nós temos que aprender, a identificar qual é essa demanda e com o nosso usuário
811 isso ainda é muito frágil. Nós ficamos sempre ofertando serviço, ofertando benefício, ofertando
812 benefício que não casa com o serviço, que não está no Cadastro Único de Assistência Social.
813 Você não precisa está no Cadastro Único de Assistência Social, não. Então, esse usuário, eu
814 acredito que nós estamos construindo, sabe conselheira, esse processo da participação dele
815 conosco a partir do momento que nós permitimos e contribuímos para que ele sentisse:_“esse
816 espaço é nosso, eu faço parte, estou envolvido com isso”, aí, sim, vamos ter outro momento
817 dessa efetivação do Sistema Único de Assistência Social, ainda é bastante frágil.

818

819 JUANITA – eu gostaria de contribuir com a minha colega conselheira Anália, é com pergunta
820 de representante de Nova Lima. É um momento difícil mesmo, propiciar a participação do
821 usuário é uma coisa que nós avançamos pouco. Toda conferência nós falamos nisso, mas se
822 você verificar nesse universo aqui, você conta o número e o percentual. Então eu acredito
823 também que essa questão da escuta colocada pela Anália, está diretamente ligada ao
824 trabalhador do SUAS. Quem escuta usuário é o trabalhador. Então, o trabalhador tem essa
825 responsabilidade, nós falamos tanto no âmbito do SUAS de fortalecimento, de protagonismo, o
826 que significa essas palavras? Porque o trabalhador do SUAS, se você olhar essa Tipificação,
827 dentre uma das quatro provisões de cada serviço está o trabalho social o que temos que fazer?
828 O que o trabalhador do SUAS tem que fazer? Entendendo como trabalhador do SUAS,
829 assistente social, psicólogo, o ensino médio que está na recepção. Então, dentre as atividades
830 sociais da Tipificação, dentre elas, a acolhida, na acolhida você já inicia o processo de escuta.
831 Ali já inicia o processo de referenciamento. Então assim, nós trabalhadores do SUAS, somos
832 senão o maior responsável, o maior responsável em propiciar essa participação aos usuários.
833 Como fortalecemos? Como interpela o usuário se ele não está aqui? Significa que nosso
834 trabalho ainda está frágil. Eles ainda não (tem) sic! vem, há vontade, há condição de fazer igual
835 ao Sr. William que é o presidente do CMAS e apresentou a proposta dele? Porque um usuário
836 vem e outro não vem? O Senhor William é usuário. Então, assim é só uma contribuição mesmo
837 na questão que é um dificultador. Outra questão é, diz respeito, à representação, sendo

838 colocada também por Nova Lima. Eu acho que também tem um engano. Porque o trabalhador
839 do SUAS- se tem a resolução do CNAS, porque o trabalhador do SUAS (...), se você for na
840 resolução do CNAS e na NOBRH fala que os trabalhadores do SUAS são aqueles que
841 compõem as equipes de referencia, que estão na gestão, na proteção básica e na de alta
842 complexidade. Então, os trabalhadores são aqueles profissionais, inclusive profissional que
843 estão na equipe de referencia. O que temos de diferente é que no conselho o trabalhador da
844 área representa a sociedade civil na composição do conselho. O trabalhador da área
845 representa a sociedade civil. No âmbito da conferência para a tiragem de delegado, o
846 trabalhador da área pode ser governamental também, agora ele não pode ser ir representando
847 o gestor, porque o gestor tem um papel de extrema importância na conferência. O delegado
848 gestor, agora pode vir representando o órgão gestor. Nós vamos ver que na contagem de
849 delegados tem x do órgão gestor e x da sociedade civil, nós podemos ter trabalhador governo e
850 trabalhador sociedade civil. Talvez isto possa ter sido gerado pela nossa última conferência,
851 estabelecemos que trabalhador do SUAS como delegado seria só da sociedade civil, até
852 quando o CEAS fortaleceu a participação dos trabalhadores das entidades nas conferências.
853 Mas o trabalhador para vir como delegado ele pode representar o órgão gestor também, agora
854 ele não pode ser o representante do órgão gestor. Porque são, por exemplo, 4 vagas
855 governamentais, dentre aquelas vagas pode-se eleger um trabalhador do CRAS, do CREAS
856 sem nenhum problema. Finalizando, com relação ao Senhor William quando ele fala do
857 representante do CNAS de somente o titular vir à Conferência Estadual ou para a Conferência
858 Nacional. Sr. William, na verdade, quando disponibilizamos os instrumentais, tanto o MDS
859 quanto a SEDESE pedem a inscrição do titular e do suplente e todas as informações de
860 contato do titular e do suplente é porque se acontecer algum problema com o titular será
861 acionado o suplente para vir, agora os dois, nós não atendemos e, é claro que seria muito
862 importante quanto mais gente melhor. Mas se você pensar em uma conferência no âmbito do
863 Estado com 853 municípios, nós teremos 1000 delegados é uma conferência que é difícil a
864 logística no sentido de garantir uma discussão em que todos participem e que saia
865 deliberações factíveis, em que saia uma melhora no sistema, porque já tivemos uma
866 experiência com uma conferência de 3500 pessoas, foi um caos, não tinha participação nós
867 não conseguimos fazer a organização do debate. Ficou mais para um momento de capacitação
868 e lazer do que para um momento de decidir sobre os rumos do sistema. Se você pensar em
869 âmbito federal que tem uma média de 3000 e tantos delegados, se for colocar suplente para os
870 5000 municípios, é impossível.

871

872 PARTE 2

873

874 CRISTIANE: A conferência pode ser realizada só na parte da tarde? É de Conceição de Itabira.
875 Bom ... Cada município vai realizar sua conferência de acordo com suas potencialidades e
876 limites, então, definindo números de observadores, convidados e delegados. Cabe ao
877 município fazer essa delimitação. Como nessa conferência federal será aberta a participação

878 de observadores e sim convidados. Na porta da conferência será aberta a inscrição de
879 convidados se eu não me engano são cinquenta, cinquenta vagas para convidados e entendo
880 que o convidado participa como convidado tem voz, mas não tem voto nesse caso. E essas
881 pré-conferências, vejam bem, agente tem que pensar, temos que fazer um processo sim de
882 mobilização para as conferências municipais. Agente está discutindo um tema muito novo que
883 é a assistência social, então fazer ou não a pré-conferência é uma reflexão que os
884 organizadores têm que fazer e começar o processo de mobilização. Mobilizar a sociedade para
885 a conferência é algo importante, inclusive nas comunidades rurais, como as comunidades
886 rurais vão participar das conferências? É necessário fazer um tipo de mobilização, então no
887 momento em que a necessidade de fazer pré-conferência está relacionada à necessidade de
888 fazer uma mobilização para a conferência, e se a conferência pode ser realizada só à tarde é
889 uma reflexão que temos que fazer. A Juanita apresentou ali todo percurso e a diversidade de
890 empenhos que nós temos que discutir: gestão e cofinanciamento e orçamento, será que agente
891 consegue fazer isto só na parte da tarde e ainda possibilitar à sociedade manifestar, deliberar,
892 discutir? Eu particularmente como conselheira e como cidadã acho isto muito difícil, então é
893 importante que o tempo da conferência seja suficiente para debater e fazer as deliberações
894 necessárias. Vou passar para o conselheiro Marcelo.

895

896 MARCELO: Bom, eu pergunto: quando uma entidade deixa de funcionar o que se incomoda?
897 Normalmente nos estatutos das entidades constam, no caso específico de uma entidade,
898 deixar de existir, normalmente, elas vão para outra entidade do gênero, normalmente os
899 estatutos esclarecem sobre isso. Nós temos outra pergunta deComo... Prossegue entre as
900 sociedade civil em relação às outras entidades pois algumas se cadastram no Conselho
901 Municipal mas não prestam nenhum serviço, imagino que só podem ... No conselho a entidade
902 que presta serviço continua, estou certo? Bom nós temos entidades de assessoramento,
903 entidades de Defesa de Direitos a usuários e as prestadoras de serviço. As entidades
904 prestadoras de serviço são aquelas que prestam serviço social, as de assessoramento podem
905 ter serviços ou não? E as de defesa de direito também podem, ou não? O importante é o
906 seguinte: o artigo nono ... Ele fala que a entidade para existir tem que estar inscrita nos
907 Conselhos Municipais. Então eu entendo, nós entendemos aqui, mesmo que a entidade não
908 esteja executando um bom serviço ela pode se inscrever nos Conselhos Municipais de
909 Assistência Social. Aqui temos três perguntas que dizem respeito aos trabalhadores, a primeira
910 é dentro do... Qual o posicionamento do CEAS no processo de licitação para os trabalhadores
911 de CRAS, CRES e Bolsa Família? A outra pode contratar umas secretárias de nível superior
912 através de contratos de trabalhos, licitação multidas (sic) áreas ou preços do PAIF? A outra no
913 exercício do controle social... Ao Conselho Municipal de Assistência Social com... Fiscalizando
914 deliberar a sonda (sic) política de assistência social do município? O Conselho Municipal de
915 Assistência conta atualmente com o desenvolvimento das atividades sem assistente social e
916 com secretárias embutidas e doadas pela gestora para cargo condicionado. É permitida a
917 contratação através de cargo de confiança para a secretária executiva dos conselhos? Não

918 seria mais pertinente se um funcionário concursado, efetivo, ... Não somos gente? Todos nós
919 gostaríamos que todos os profissionais que trabalham fossem recompensados. Neste caso
920 desta terceira pergunta é permitido sim a contratação através de cargos de confiança para
921 secretaria executiva do conselho, impertinente seria realmente trabalhadores propulsados (sic)
922 mas isso é uma luta que nós trabalhadores do SUAS estamos fazendo, inclusive aqui no
923 Conselho Estadual nós temos uma permissão, um grupo de trabalho que já está descendo uma
924 ... Que vai ser essa ... Que vai tratar dos temas relacionados com ... De carros e de carretas de
925 ... Na forma de trabalho de contratação é uma luta, de fato pelo poder público, nós temos
926 trabalhadores que estão sendo contratados mediante processo de licitação, nesse nosso ponto
927 de vista é incrível... Como que nós podemos pensar trabalhadores sendo contratados por
928 licitação para serviço continuado? Se nós entendemos que serviço continuado necessita de
929 profissionais executando serviços contínuos, esse trabalho, no nosso ponto de vista, enquanto
930 trabalhadores têm que ser concursados porque só o concurso vai dar garantia do serviço
931 continuado de qualidade e principalmente que esse serviço tenha a confiabilidade do usuário
932 porque mesmo sendo feito através de contratações essas contratações a cada dez anos muda
933 o profissional e, conseqüentemente, na hora que aquele usuário já está confiando naquele
934 trabalhador muda o trabalhador, quer dizer, isso é um desgaste tanto para a política quanto,
935 principalmente, para o funcionário. Nós defendemos, claramente, que deva ser feito por
936 concurso público. O processo de licitação é para ... a não ser que seja para o trabalho
937 específico, para um determinado projeto, para um determinado serviço, a sim agente pode
938 entender que tenha licitação, mas para serviços contínuos isso é um absurdo no nosso ponto
939 de vista. Por isso, então acho que já respondi as duas questões, mas tem um ponto específico:
940 nós podemos utilizar recursos do PAIF para contratar secretárias executivas de nível superior?
941 Não, a secretária executiva tem de ter nível superior porque é o que prevê a NOB. Mas utilizar
942 recursos do PAIF é impossível, recursos do PAIF são para os serviços. No caso, o pagamento
943 de pessoal para trabalhar no PAIF tem de estar no quadro de gestão da política de assistência
944 social.

945 CRISTIANE: Bom eu vou pedir licença desse debate, bem rapidinho, pois fugiu do nosso
946 protocolo e vou chamar atenção aqui, me desculpa, eu teria que no início ter dado posse ao
947 novo conselheiro do CEAS que está aqui conosco hoje. Com muita honra que esse Conselho
948 Estadual empossa o novo conselheiro Alex Luciel Teixeira que está representando a cadeira de
949 usuário com o movimento da população de rua. Eu vou pedir a vocês ficarem de pé para que
950 esse Conselho te nomeie, Alex, por favor, te dei posse, Alex, por favor (vozes ao fundo,
951 seguidas de uma salva de palmas), a partir de hoje Alex será o novo conselheiro do Conselho
952 Estadual de Assistência Social e te convido a sentar aqui conosco com os demais conselheiros
953 aqui na frente, por favor. Alex já participou conosco, nós estamos há três dias trabalhando, nós
954 tivemos no dia dezesseis em uma capacitação, no dia dezessete ... e hoje é sua primeira, ele já
955 está há dois dias, e está sendo empossado hoje. E eu gostaria de apresentar e de agradecer
956 muito o primeiro a estar junto, o senhor (primeiro nome) Carvalho do corpo de bombeiros que
957 aqui nos atendeu como um interprete de libras, muito obrigada senhor (primeiro nome), esse

958 conselho agradece. E agradeço também a outra interprete de libras que teve aqui, veio
959 acompanhando um dos convidados, porque quando faz a inscrição agente pergunta se é
960 pessoa com deficiência para ver a necessidade de acessibilidade, então este participante falou
961 que precisava de um interprete, agente conseguiu por meio do Corpo de Bombeiros, mas a
962 própria convidada trouxe esse acompanhante, então colocamos dois, muito obrigada aos dois.
963 Bom, retornando às nossas perguntas, tem três perguntas com relação ao financiamento e eu
964 vou responder as três de uma vez. A Ednamar de Governador Valadares pergunta: como
965 garantir uma previsão orçamentária com financiamento do Estado, da assistência social? Bom
966 são três lógicas, Ednamar, o Estado financia por meio do PID e da rede histórica, da Básica e
967 da Proteção Especial a alguns serviços da base que da Proteção Especial. Então é o PID, o
968 PAIF da rede histórica, serviço de convivência, da Proteção Especial rede histórica, média
969 complexidade, a verdade antissocial, medidas socioeducativas e acolhimento institucional.
970 Então tem município que tem as três realidades ou uma só que é o PID. De que forma você vai
971 estimar isso para colocar no orçamento? Se for nas contas do Fundo, qual o valor que você
972 recebe referente a esse serviço por mês? É na mesma lógica, multiplica por doze e coloca no
973 orçamento. Como é que você vai saber quais as contas do Estado? O Estado hoje passa todos
974 esses recursos de forma automática por meio do Fundo Estadual para o Fundo Municipal. O
975 plano de serviço é o instrumento que regula o repasse das contas do município, rede histórica,
976 básica, especial e PID, é dessa forma que você estima a receita para por no orçamento. Com
977 relação à questão da PEC para garantir o lançamento da assistência nós temos a pergunta de
978 (...) Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete, perguntando com relação ao percentual.
979 Agente não está colocando percentual como respondemos naquela observação que foi feita
980 pelo Leonardo, se agente deliberar com relação à necessidade de uma emenda à constituição
981 da vinculação de receita isso vem do âmbito Estadual e o âmbito do Estado, do Governo
982 Federal isso vai ser definido na Conferência Nacional porque defender na conferência é só um
983 passo. Aí, se inicia um processo mais doloroso que é a mobilização e a articulação com
984 senado, com câmara, com as assembléias, processo de a gente procurar nossos vereadores
985 os nossos deputados para fazer um movimento, para fazer isso chegar a âmbito de um projeto
986 de lei de linha da Constituição. Então, agente não está colocando percentual para não cair de
987 novo naquela velha questão, cinco por cento, um por cento. A outra questão é: como que o
988 estado e os municípios estão se organizando para cumprir o artigo sexto do parágrafo terceiro
989 que obriga ao Estado o financiamento integral dos programas, projetos e serviços das
990 entidades beneficentes da assistência social. O nosso ex-colega conselheiro José Gusmão da
991 Costa, bom, na verdade, José Gusmão sabe como todos nós a questão da legalidade da lei e
992 que tudo embarra na questão da obrigatoriedade do financiamento. Nós temos uma lei que
993 revendo os artigos da Constituição, fala da obrigatoriedade e da garantia integral, entretanto
994 nossa lei não fala de onde virá esse recurso. Agente sabe que é nos três “entes”, mas só não
995 se sabe como será essa vinculação, como lá está falando dessa obrigação temos em mente
996 que “aporta” um por cento, zero por cento, um por cento, cinco por cento, dez por cento,
997 porque não existe a regra, a regra tem que ser construída em âmbito federal para que seja de

998 uma forma única e pautada pelos demais “entes”. Para garantir a integralidade agente não têm
999 outra opção, a não ser, ... , segundo ... e orçamento, para fazer o orçamento tem que ter
1000 recurso. No município é onde os problemas acontecem, se os projetos são implantados - e
1001 agente sabe, nessa mudança de prefeito como que os municípios têm reclamado da falta de
1002 recurso, eu estou falando prefeito, não de assistência, estou falando do executivo local que
1003 vem e nos coloca em uma situação de imensa dificuldade, inclusive com baixa na arrecadação
1004 do município. Então, se não existe uma forma de vincular recurso com a nossa política, a
1005 obrigatoriedade vai fazer com que um colete zero ponto, um por cento, outro coleta um, outro
1006 coleta três e outro coleta dez. Se você for planejar, colocar no orçamento considerando todas
1007 essas dificuldades que os executivos têm colocado como a... redução de orçamento agente vai
1008 ter um problema inclusive muito mais sério, não tem agora mas não tem nem planejamento a
1009 médio e a longo prazo. Agente falou lá na obrigatoriedade com relação ao ciclo orçamentário
1010 financeiro - o PPA, então acaba que as duas coisas são imprescindíveis no sistema, a primeira
1011 área já está no nosso orçamento, já está no nosso orçamento (lançamento). Garantir a
1012 integralidade das entidades de assistência social com financiamento, o que a NOB 2012 que
1013 estratifica a ... fala que se dará por meio do vínculo ... que foi aquilo que agente falou
1014 anteriormente, o vínculo ... está a passos bastante lento. O bloco de perguntas por escrito, tem
1015 mais algumas aqui: por que, ainda, a fiscalização do CEAS não é algo presente ... nos
1016 municípios? É outra questão de Creusa de ... , a dificuldade da efetivação dos serviços. Para a
1017 atualidade acredito ser pela fiscalização, por parte dos conselhos estaduais e... , visto que os
1018 municípios ficam à vontade para gastar os recursos e somente os Conselhos Municipais não
1019 tem força suficiente para fiscalizar, seja pela falta de conhecimento, seja pela pressão política,
1020 e caso o município receba... do CEAS ou a ... os gráficos aqui apresentados seriam ainda
1021 piores quanto a anuidade (sic) da qualidade dos serviços acertados? Em relação ao ter citado a
1022 fiscalização é importante destacar que o CEAS criou em 2007 a Comissão de Apoio aos
1023 Conselhos Municipais de Assistência e nós temos também uma resolução que diz sobre a
1024 forma de processo das denúncias recebidas. É, claro, gente, nós não temos a capacidade que
1025 gostaríamos de estar em todos os 853 municípios do Estado de Minas Gerais, mas temos
1026 trabalhado muito nisso, inclusive, com muita atenção a toda e qualquer denúncia, mesmo ...
1027 denúncia anônima agente faz todo o processo de apuração para fazer esse acompanhamento.
1028 Agora, é importante destacar que agente têm muito respeito à autonomia dos municípios e a
1029 autonomia dos Conselhos Municipais e respeito mútuo, agente não tem o poder de polícia ou o
1030 poder de entrar em qualquer município de uma forma como se fôssemos um órgão superior
1031 aos Conselhos Municipais. Não existe essa relação de hierarquia entre os conselhos, os
1032 Conselhos Municipais têm um papel fundamental e nós fizemos diante do conselho um
1033 entendimento que o nosso papel como Conselho Estadual é fortalecer os Conselhos
1034 Municipais para que façam o seu papel de controle social. As denúncias em relação aos
1035 problemas de gestão são informadas à “SEDESE” para que a “SEDESE” faça a apuração e por
1036 algum caso extremo, Ministério Público. Então essa é a forma que agente têm trabalhado e a

1037 Comissão de Apoio aos conselhos tem (empenhado)... muito, e agente espera um dia atender
1038 por Conselhos Municipais de Assistência Social certos por fazer o seu trabalho.

1039

1040 MARCELO: só pra complementar aqui o que a Cristiane falou, nós temos também as Uniões
1041 Regionais de Conselhos Municipais que é uma estratégia que o Conselho Estadual está
1042 montando para se aproximar dos Conselhos Municipais. E aí faço uma pergunta e gostaria que
1043 vocês me respondessem: quem aqui participa de uniões de conselhos municipais? Bom, olha,
1044 a participação está pequena viu gente? Agente tem que entender que em toda região dos
1045 municípios de vocês tem uma União Regional de Conselho Municipal ou ela está ativa ou ela
1046 está precisando de uma mobilização, não estou dizendo que ela esteja inativa, mas é
1047 importante que nos municípios de vocês, façam essa mobilização para que as uniões de
1048 conselho possam ser efetivas tendo reuniões mensais ou bimestrais dentro da “cidade” de
1049 vocês. Por certo nós temos uma deliberação do Conselho Estadual que onde houver uma
1050 reunião de união de conselho nós estaremos presentes para podermos discutir a política de
1051 assistência social e um ... social especificamente. Eu tenho uma pergunta aqui também do Sr.
1052 Hélio Moreira do Conselho Municipal de BH, ele diz o seguinte: “Repudiar é contra a PEC 37?”
1053 Se não me falha a memória PEC 37 é aquela que fala do Ministério Público, Sr. Élio?

1054

1055 SR. ÉLIO: É isso.

1056

1057 MARCELO: Essa aqui vai tratar da cassação do direito de investigação das ações “plenais”
1058 (sic) por parte do Ministério Público. Eu creio Sr. Élio que aqui é o espaço, mas nas
1059 conferências municipais podem sair moções e isso aí seria um instrumento para chegar na
1060 Conferência Nacional.

1061

1062 SR. ÉLIO: A minha outra pergunta é mais importante. (vozes ao fundo seguido de risadas)

1063

1064 INTERLOCUTORA: já está pronta aqui Sr. Élio, não sei se eu consegui não, que a letrinha do
1065 Sr é difícil da gente entender, então se eu não consegui responder tudo peço que o Sr venha
1066 ao microfone para ajudar ok? Bom, Sr. Élio coloca a questão em relação aos usuários de Crack
1067 e outras substâncias psicoativas. Considerando essa questão da intersectorialidade no
1068 atendimento ao usuário, aí eu já vou fazer o meu consenso, inclusive com relação à
1069 participação da conferência. Bom, essa questão é uma questão extremamente complexa
1070 mesmo, o dependente químico com foco no crack, agente está vendo nos jornais que essa
1071 questão tem aumentado muito e eu acho que, quero dizer, agente têm certeza que a questão
1072 de substâncias psicoativas e o crack são questões de saúde. Se é uma questão de saúde é
1073 muito focada no tratamento e a assistência não faz tratamento, entretanto a assistência é co-
1074 responsável também por minimizar ou erradicar essa situação, porque pede uma situação de
1075 fragilidade, de vulnerabilidade e de violação de direito que aquele usuário se encontra. Então
1076 eu entendo que não tem como a Assistência Social ficar com os braços abertos na frente de

1077 uma situação que está tomando uma proporção tão grande e ela de uma forma estratégica
1078 sentar com as partes e ver de que forma vai ser feito uma intervenção conjunta com aquele
1079 usuário. O que eu entendo e acredito é que agente não pode, também, assumir um papel que é
1080 de outra política. A assistência não vai fazer tratamento não vai fazer terapia clínica com este
1081 usuário, nem com a sua família, o que agente tem que fazer é integrar essa família e esse
1082 usuário aos serviços e programas de auto assistência. Ele também passará a ser um público
1083 prioritário da assistência, pois a saúde sozinha não vai dar conta desse problema, é um
1084 problema que é do território do Município, do Estado e da União também. Então, nessa gestão
1085 deve ser estabelecido, considerando a gravidade, como está evoluindo essa situação, que os
1086 municípios pensem num gabinete de crise, sentem com as pastas que têm viés, articulação e
1087 intersectorialidade com essa política e estabeleça uma intervenção conjunta, o que cada um vai
1088 fazer - estabelecer um fluxo para que aquela família seja coberta pela política de saúde, de
1089 assistência e de outras políticas necessárias, inclusive, segurança, educação, habitação;
1090 pensar de que forma o poder público poderá atuar com esse usuário. A assistência tem um
1091 papel pretendente, acompanhar a família desse usuário e quando esse usuário sair deste
1092 tratamento, apoiar esse usuário nas fragilidades em que se encontra. Então isso é um papel
1093 nosso, da assistência, agora fazer o tratamento agente não tem esse papel, isso é papel da
1094 saúde. Então, vocês têm que pensar de que forma o SUS pode atender essa família nesse viés
1095 pós-tratamento e acompanhamento e apoio a essa família. E como é que é esse apoio que a
1096 assistência oferece no âmbito do serviço, trabalhos, e projetos? Atendimento psicossocial nos
1097 serviços e nos equipamentos públicos e privados da assistência. A outra questão eu não
1098 consegui entender Sr. Élio. Você conseguiu Marcelo? Ok, nas questões étnicas, indígenas,
1099 negros... , como que as equipes de transferência estão preparadas para fazer o atendimento, a
1100 abordagem? Então muito bem colocada essa situação pelo Sr. Élio, porque se eu sou uma
1101 profissional cheia de preconceito que vem fazer uma abordagem, um atendimento com o
1102 conceito que eu já venho daquela etnia eu vou fazer um atendimento inicial completamente
1103 equivocado. Porque na verdade essas pessoas não são diferentes, elas são iguais. Agora no
1104 meu atendimento eu já vim com um conceito que eu já construí. Essa pergunta é de extrema
1105 importância, agente tem que partir para o atendimento desvestido de todos esses preconceitos
1106 que a gente já adquiriu anteriormente. Então, as equipes de atendimento têm que pensar
1107 nesse público como público da assistência social igual ao branco, ao pardo, à pessoa com
1108 deficiência, o idoso. Consegui resolver as duas partes Sr. Élio?

1109

1110 SR. ÉLIO: Tem a da saúde, olha aí? (vozes lá do fundo)

1111

1112 INTERLOCUTORA: deliberações da conferência não implementadas. Ok, aí vou pegar o
1113 gancho com aquela questão da Cris também, a gente que é conselheira fica querendo falar, a
1114 deliberação tem poder de lei no âmbito de conferências, vocês sabem disso? O gestor só pode
1115 fazer aquilo que o conselho deliberar e quem têm essa competência de monitorar, avaliar isso
1116 são os conselheiros. Quando funda a conferência, eu falei inicialmente, o conselho tem que

1117 encaminhar formalmente para o executivo as deliberações e solicitar a inclusão das
1118 deliberações do planejamento. O conselho tem que monitorar se aquelas deliberações foram
1119 incluídas no Plano Municipal de Assistência Social, e a partir daí monitorar a execução. E como
1120 monitorar? Na prestação de compras que o gestor manda para o conselho, não tem outra
1121 forma de monitorar, não. No monitoramento do primeiro trimestre o conselho mandou, o gestor
1122 mandou, mas o conselho não identificou as deliberações dele lá na prestação de contas, o
1123 conselho questiona, questiona e notifica o gestor com relação às deliberações. Então há uma
1124 co-responsabilidade aí. A outra questão, essa é competência inerente do conselho, a outra
1125 questão com relação a fiscalização, o que que a ... fala com a gente, que agente tem o âmbito
1126 dos conselhos, o Conselho Estadual e Nacional com uma estância recursal. Quem tem a
1127 competência de fiscalizar a rede no território é o Conselho Municipal de Assistência é ele que
1128 tem essa competência, e na mesma lógica o Ministério Público. Mas o Ministério Público é
1129 quem fiscaliza a lei, e NOB não é lei, equipe de referência não está na lei, inclusive uma lei foi
1130 colocada o artigo lá que ele é redundante, mas foi colocado lá pra fortalecer essa questão. O
1131 Ministério Público vai fiscalizar a implantação da NOB,... o CEAS ele fiscaliza na instância
1132 recursal, se vem uma denúncia para o CEAS, o CEAS questiona, orienta e solicita ao Conselho
1133 Municipal que cumpra o seu papel, o CEAS não tem condição, possibilidade de fazer a
1134 fiscalização ... dos municípios, inclusive na NOB de 2012 tem um artigo lá exclusivo que chama
1135 processo de acompanhamento. Todo mundo aqui já leu a NOB 2012? Lá tem esse artigo que
1136 ... completamente a gestão e o conselho social, o que é que o gestor tem que fazer no sentido
1137 de fiscalizar o Conselho Municipal, inclusive instaura um processo de fiscalização que vai até
1138 para a suspensão de recurso. Aquilo não pode ficar só no papel, na mesma lógica, o município
1139 fiscaliza e a entidade está interceptando? Suspende o recurso até a votação, aciona o
1140 Ministério Público, é um processo gente, agente não vai resolver isso da noite pro dia. Agente
1141 também vai falar o quê com o gestor: “o senhor tem obrigação de fazer o concurso do
1142 trabalhador esse ano”. “Me Mostra, então, dá onde que eu vou tirar o dinheiro.” É gente, agente
1143 tem que ser prático, não é não? E vamos mostrar onde que iremos tirar o dinheiro, garantindo
1144 que esse dinheiro seja vinculado.

1145

1146 MARCELO: A Juanita no início da fala dela, disse que as deliberações são uma via que tem
1147 poder e lei entre as partes. De fato, ela tem porque gente, todas as deliberações das
1148 Conferências Municipais tem que ser emitidas na “resolução” do conselho e essa resolução do
1149 conselho vai dizer ao gestor da assistência “olha, gestor, essas são as deliberações que
1150 agente quer que sejam cumpridas neste exercício, neste período. (vozes ao fundo)

1151

1152 INTERLOCUTORA: Ah, ... desculpa, eu pensei que essa parte não era pra divulgar mas tá bom
1153 né? O Sr. Élio parabeniza ao CEAS, agradece por essa oportunidade de esclarecimento que foi
1154 oportunizada aqui agora. Obrigado Sr. Élio . (salva de palmas). Bom, nós vamos fazer agora o
1155 último bloco de perguntas e também o seguinte: na parte da tarde, após o almoço, caso haja
1156 necessidade agente abre novamente o debate. Hoje agente está aqui exatamente por conta de

1157 ouvir os ... e passando muitoEu gostaria inclusive de informar aos senhores e às senhoras
1158 que nós estamos com 169 municípios presentes aqui, e com 339 participantes. Que ótimo,
1159 gente. E 22 conselheiros estaduais. Bom nós temos aqui, então, as perguntas, eu vou ler todos
1160 os nomes para as pessoas já ficarem próximas ao microfone. A letra está um pouco difícil não
1161 sei se vou entender. Reinaldo José pimenta da cidade de Nova Serrana, Vanderlei Dias
1162 Gonçalves de Pedro Leopoldo, “Aliceara” de Belo Horizonte, Ezequias de Sousa de Uberlândia
1163 e Soraia Betânia de Nova Lima. Primeiro o senhor?

1164

1165 REINALDO: Reinaldo

1166

1167 INTERLOCUTORA: Reinaldo, ah falei certo, então, tá jóia, fique à vontade.

1168

1169 REINALDO: Bom dia a todos - Reinaldo Pimenta. Venho aqui representar o Conselho
1170 Municipal de Assistência Social de Nova Serrana. Bom a minha pergunta já foi de certa forma
1171 respondida pela Juanita, parabéns à senhora pela apresentação, mas eu queria só dar um
1172 reforço do que foi dito. Nós, enquanto conselheiros na conferência, nós podemos formar as
1173 resoluções, e a resolução diretamente relacionada à questão do percentual que seja para ser
1174 agregado à área de assistência social, mas até a resolução, eu sei que a gente consegue
1175 deliberar na conferência, mas nós enquanto Conselho, representando conselho, representando
1176 a Sociedade Civil organizada nesse contexto da mobilização para estar ajudando ao próprio
1177 Conselho Estadual ou outros órgãos, como que agente pode de maneira progressiva estar
1178 cooperando para essa mobilização para que de fato possa acontecer esse evento e aí eu te
1179 pergunto se está relacionada há uma dificuldade que estamos temos no Conselho Municipal,
1180 um representante do Conselho, vice-presidente, representando a sociedade civil e tem cargo
1181 comissionado atualmente no governo municipal. E como que nós podemos tratar dessa
1182 situação? (salva de palmas).

1183

1184 INTERLOCUTOR: inicialmente, como um comentário, de uma forma geral, a Política de
1185 Assistência Social e o SUAS ... são implementadas sempre visando atingir um “número”, o
1186 básico necessário pra cobrir as ... ilegais. Mas o carro chefe, ainda da política de assistência
1187 social nos municípios, principalmente, ainda, é a concessão de benefícios eventuais. Porque
1188 são mais fáceis de ... , a conceituação é mais difusa e os efeitos políticos são mais perceptíveis
1189 a curto prazo. Então é uma dificuldade que temos. Então é um comentário que eu gostaria que
1190 fosse abordado também. E a questão que o Sr. Élio levantou e que também foi bem
1191 respondida. Só pra reforçar essa questão da resistência política em implantar as deliberações
1192 do conselho, porque eu percebo que as sanções atingem os gestores, porém repercutem
1193 diretamente contra os usuários, sendo que quem acaba perdendo com isso são os usuários.
1194 Então deveria ter um tipo de sanção, alguma forma que o gestor fosse punido sem que os
1195 usuários sofressem com isso. Essa questão da redução de recursos, por exemplo, atinge aos
1196 usuários, então a gente corta esse recurso? E agora outra questão também, a questão da folha

1197 de pagamento. Muitos municípios já atingiram o limite do percentual e, como conseguir realizar
1198 aquilo que as ... exigem e com esse conflito? Essa é a questão. E por último a sensibilização
1199 dos gestores municipais, chefes executivos em dar a aquisição à política, porque enquanto
1200 conselheiros, enquanto interessados e a todos da política de assistência social nós estamos
1201 tentando fazer a nossa parte, mas se os gestores também não enxergarem essa necessidade
1202 de fazer a política realmente de fato, não somente o assistencialismo ou a estratégia política,
1203 pouco vai adiantar agente estar aqui. Muito obrigado. (salva de palmas)

1204

1205 INTERLOCUTORA: Eu vou pedir às pessoas para... porque os crachás estão em A Aliciara
1206 ela é surda e ela está representando a.

1207

1208 ALICIARA: Eu gostaria de fazer uma pergunta. Olha, boa tarde a todos ou Bom dia, eu sou
1209 assistente social, e gostaria de falar com vocês a questão do CRAS, porque não há política
1210 dentro do CRAS para os surdos. A Juanita estava dizendo que a pessoa chega à acolhida e
1211 ela logo vai ser ouvida. Eu fiquei ali prestando atenção na minha interprete, como que eu vou
1212 ser acolhida se lá não tem interprete, já procuramos várias vezes. Têm muitos surdos aqui em
1213 Belo Horizonte, como eu sou de Belo Horizonte, o Estado de MG todo. Todos os municípios
1214 não tem sensibilidade nos casos, não falam nada ainda “sobre” essa questão para os casos da
1215 assistência social para ajudar os surdos. Ah, está faltando políticas, políticas públicas para os
1216 surdos e eu espero que... para todos os municípios, a minha cultura, haja essa acolhida para o
1217 surdo, e como seria acolhida para o surdo? Com a interprete. (salva de palmas)

1218

1219 INTERLOCUTORA: desculpa, ela é surda gente, peço a vocês baterem palma outra vez.
1220 Com todo respeito, eu gostaria de só um minutinho pra complementar eu sou do município de
1221 Divinópolis e no município de Divinópolis agente faz um trabalho lá, agente interpreta pra ela
1222 gente, desculpa, é um trabalho de rede, desculpa. Agora eu falo, ela interpreta- tira foto dele
1223 por gentileza, (incompreensível). Juanita é o seguinte eu sou do município de Divinópolis e eu
1224 tenho muito orgulho de falar isso, agente já fez um mapeamento todinho dos surdos do
1225 município e agente dividiu-os dentro dos CRAS. Então, todos os surdos do município de
1226 Divinópolis, hoje, têm o CRAS a que pertence; e agente já está dentro do nosso conselho
1227 fazendo essa política de tentar capacitar os funcionários do CRAS para dar atendimento aos
1228 surdos lá. Então, Divinópolis, eu creio que é uma referência na questão de estar fazendo esse
1229 trabalho para servir de exemplo aos outros municípios, gostaria muito gente. Tem cinco (05)
1230 anos que eu estou na liderança com o surdo, o surdo participa, tem notícia de tudo que está
1231 acontecendo aqui. A fala da Juanita, a fala do Marcelo, a fala da colega, tudo ela está
1232 acompanhando, eu não poderia deixar de registrar isso e que isto sirva de exemplo e de
1233 mobilização pra vocês. Ela ... uma fala tão bonita, falando aqui que nós estamos construindo
1234 um mundo novo, eu gostaria muito, eu gostaria muito que MG fosse referência na conferência,
1235 porque agente está tentado, a mim particularmente deu muito trabalho em Divinópolis, mas
1236 valeu a pena e que vocês entrem em contato com a gente, para saber como que agente faz.

1237 Agente está dando suporte a vocês, falta interprete no nosso país, MG é referência, mas ainda
1238 está muito longe, gostaria de ver em todos os municípios. E isso já é referencia no CEARÁ, há
1239 um CEARÁ formado há 24 anos, há assistente social, elas são de CE, largaram a família e vem
1240 para MG, porque MG é a referência na questão - o surdo. Aposto que vocês não sabiam ou
1241 sabiam e eu não sabia que vocês sabiam?

1242

1243 INTERLOCUTORA: Nós não sabíamos. E eu vou pedir para você ficar aí, e já traduzir a ela a
1244 nossa resposta antes de passar para os demais, pode ser?

1245

1246 INTERLOCUTORA: Pode ser.

1247

1248 INTERLOCUTORA: Nós vamos parabenizar você e ela e também ao município de Divinópolis
1249 por ter conseguido alcançar essa situação, parabéns. Com relação à questão apresentada pela
1250 assistente social, a própria interprete dela - de Divinópolis, já respondeu. Já falou qual é a
1251 estratégia que agente tem que fazer, então não existe resposta para essa mesa diretora pra ...
1252 porque ela já deu, é identificar as pessoas nessa situação, ver qual a natalidade mais próxima
1253 em que ela possa ser atendida e dar capacitação ao técnico de referência pra desenvolver o
1254 trabalho. Obrigada novamente, bom retorno e sucesso na realização da conferência no
1255 município de Divinópolis.

1256

1257 INTERLOCUTORA: Obrigado viu gente.

1258

1259 INTERLOCUTORA: Próximo, por favor, próximos. (vozes ao fundo)

1260

1261 EZEQUIAS SOUSA SANTOS: Eu quero parabenizar ao Conselho Estadual, especialíssima
1262 sua apresentação. Meu nome é Ezequias Sousa Santos eu sou Subsecretário do
1263 Desenvolvimento Social e presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Nós já
1264 fizemos a comissão organizadora da Conferencia de Assistência. E nas discussões com alguns
1265 parceiros que convidamos, inclusive participando ontem, em que fizemos uma reunião
1266 ampliada com alguns atores da área da assistência social entre elas o CRES. E foi feito uma
1267 colocação e ele sabendo da nossa participação aqui nessa plenária, fizeram um
1268 encaminhamento no ... uma reflexão sobre a data da conferência porque ela está coincidindo
1269 com a realização do CBAS - o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, então houve uma
1270 manifestação e foi feito um pedido que trouxesse essa reflexão, já vista que os assistentes
1271 sociais em grande parte estariam também participando desse congresso. Então é só isso que
1272 eu tenho para encaminhar - uma reflexão contra a data em função de que 14 a 18 de outubro
1273 está coincidindo com o CBAS. Muito obrigado

1274

1275 INTERLOCUTORA: Obrigado. A próxima será Soraia.

1276

1277 SORAIA: Eu gostaria só de retomar aquela questão, eu achei que talvez eu não me expressei
1278 da maneira correta quanto aos delegados para a conferencia. É tranqüilo agente faz o
1279 regimento da conferencia e nós tiramos aquelas ... que forem ali colocadas dentro do
1280 regimento para representar na Conferencia Estadual. A minha pergunta foi a seguinte: “porque
1281 nós estamos preocupados em garantir a representação, a partir dessa discussão ampliada que
1282 nós já estamos fazendo acontecer em Nova Lima, em relação à identidade dos trabalhadores,
1283 quem são esses trabalhadores, como que eles devem participar efetivamente na construção do
1284 Sistema e como garantir essa participação? E a partir do momento que a gente amplia a
1285 participação deles na conferência, porque até então um trabalhador de ensino médio, seja da
1286 rede privada, seja da rede pública estatal não participava da conferência. Os delegados tirados
1287 em conferência eram especificamente os trabalhadores de nível superior e aqueles de
1288 preferência do Conselho Nacional. “Isso aí”, gente amplia e como nós fazemos a almeçam(sic)
1289 da sociedade civil dentro da conferencia, acredito que alguns municípios aconteçam mesmo.
1290 Então, nós queríamos já garantir, também, que esses trabalhadores pudessem ter assento no
1291 conselho, não apenas os trabalhadores de nível superior. Mas nós temos uma lei que
1292 regulamenta a criação do conselho, a lei de criação do conselho, ela é anterior a essas
1293 mudanças que nós queremos efetuar. Como fazer isso sem, nós podemos fazer isso sem a
1294 alteração da lei, nós podemos ter uma resolução do conselho? Eu, até, não ia voltar aqui não
1295 mas ela que insistiu, a conselheira ali que insistiu, porque talvez a resposta ficou meio em
1296 aberto. A Consolação já até me deu as indicações aqui e eu já sei a resposta, mas ela pediu
1297 para que eu voltasse.

1298

1299 INTERLOCUTORA: Agora ficou claro, viu Soraia. Antes de responder agente vai só acordar,
1300 depois da resposta desse bloco... pela Cristiane, agente vai sair pra almoçar, temos
1301 restaurantes nos dois prédios e no centro de convivência, que é aquele no meio, aí fiquem à
1302 vontade. Quando acabar a gente vai marcar o horário de voltar, depois agente volta de novo
1303 para o debate. Só se não tiver mais nenhuma pergunta é que agente já vai.... do Conselho
1304 Estadual. Respondendo às perguntas: com relação ao Reinaldo de Nova Serrana. Reinaldo a
1305 história da assistência social, eu acho que não só da assistência não, acho que de toda
1306 política, mas principalmente da assistência, é assim mesmo, ela é mais tardia, ela é mais lenta,
1307 todas as decisões demoram mais. Agente só não pode deixar de fazer por causa disto, e
1308 também não vamos... que se só ... liderar uma conferência municipal, uma conferência
1309 estadual e uma Conferencia Nacional, um projeto de lei para emendar com a Constituição não
1310 vai resolver nosso problema, não ele só inicia e que aí vai mais um processo de cinco (05),
1311 minimamente, anos para que isso se materialize. Então, assim principalmente emenda com
1312 uma instituição é esse processo, mas se agente não iniciar, talvez agente nem esteja aqui mais
1313 para ver essa situação, mas agente tem que iniciar. Lembramos o SUAS, o SUAS foi
1314 implantado não foi por meio de lei, por meio de E Isso só pode ser implantado por meio de
1315 lei emenda com Constituição, só depois de 8 anos do SUAS que virou lei. Então, assim é um
1316 processo que inicia por isso mesmo deixar de mobilizar não tem jeito. Pedro Leopoldo, muito

1317 bacana as colocações do município de Pedro Leopoldo, eu não consegui gravar o nome, a
1318 questão de concessão de benefício. Agente sabe que todos os municípios fazem, agente não
1319 sabe se no município tem lei que implanta, agente tem um diagnóstico que já foi feito pelo MDS
1320 - 65% dos municípios mineiros não tinha naquela época lei que regulava os benefícios
1321 eventuais e, como o próprio participante falou, isso dá um reflexo para o executivo local de
1322 “assar” (sic) o que a assistência social está fazendo politicamente, isso beneficia porque é a
1323 entrega de um bem material à população. Diferente dos outros bens, os nossos, que são
1324 subjetivos, o benefício eventual materializa. Então, por isso a dificuldade de autorar o escopo
1325 do benefício eventual que tem que ser dentro daquelas quatro (04) modalidades que a lei nos
1326 fala (LEIAS). Agora, agente também não pode fugir desse debate, o Conselho Municipal tem
1327 um papel muito importante, inclusive, eu posso citar um exemplo aqui pra vocês do município
1328 de, não lembro, era um município grande, se for Ipatinga era a uns 2 anos atrás. Ipatinga está
1329 aqui? Estava no processo de reordenamento dos benefícios eventuais da saúde e da
1330 assistência, lá era tudo junto. Separado, o prefeito queria que o recurso que estava no Fundo
1331 Municipal de Assistência para concessão do benefício da saúde que estava na assistência
1332 fosse pra saúde. A população mobilizou, articulou com o Ministério Público, o Ministério Público
1333 solicitou que a SEDESE desse parecer com relação a isso, e não foi autorizada a retirada do
1334 recurso que era um montante grande, a maioria dos benefícios da saúde, eram óculos e
1335 medicamentos. Mas estava no Fundo Municipal, aí separou, mas o recurso ficou na assistência
1336 para o conselho e o gestor ordenarem o benefício. Então assim, agente tem sucessos e agente
1337 tem poucos sucessos e muitas vezes derrotas, mas elas não podem ser impeditivas para
1338 aprimoramento. A outra questão é com relação a concurso público que eu já falei e como o
1339 próprio representante do município falou. Agente se esbarra na lei de responsabilidade fiscal
1340 que o município tem que cumprir - 54% do recurso são destinados aos profissionais no âmbito
1341 do município. Antes disso, eu tenho que pensar: “Como é que o município vai fazer concurso
1342 se eu não tenho uma lei que garante aquele cargo?” Agente já falou sobre isso, se eu tenho
1343 uma lei, mas o município já chegou ao limite da lei de responsabilidade fiscal, o secretário,
1344 tenho que chamar as partes, inclusive, o executivo local para conversar sobre isto porque tem
1345 que fazer um reordenamento. A saúde deve estar superlotada, a educação, porque inclusive
1346 historicamente “ah a pessoa não é boa não, então vamos mandar lá pra assistência, porque ele
1347 não é bom no que ele faz não, vai para a assistência”. Sempre tem essa história “ah vamos
1348 mandar ele pro Conselho, esse pessoal não é bem aqui na saúde vamos mandar ele pra lá”.
1349 Então, a saúde e a educação já conseguiram avançar nisso e é uma briga, é uma luta que
1350 depende muito do gestor e do conselho nesse apoio, o gestor não pode se intimidar, apesar
1351 deles estar num cargo de confiança são ações inerentes a passo dele, que ele tem que fazer...
1352 SUAS. A outra questão é com relação à sensibilização doa gestores, eu concordo na íntegra,
1353 eu aqui represento os dois: gestão e conselho. E agente percebe, agente até conversou essa
1354 semana no conselho sobre isso, agente percebe depois do SUAS uma profissionalização das
1355 equipes de referência, ainda não chegamos à profissionalização da gestão. Porque um gestor
1356 apesar de ser um cargo de confiança ele é responsável por aquela ... e ele só pode fazer o que

1357 a lei permite. E a lei permite, a lei permite manter a infra-estrutura do Conselho Municipal tem
1358 garantia de financiamento dos 2 ... para o conselho. O secretário executivo ele faz parte da
1359 equipe que ... o gestor não pode em hipótese alguma ser paga com recurso de PISO, ela tem
1360 que ser paga, ela tem que fazer parte da equipe de referência do gestor que nomeou 2 e
1361 criou aquele profissional pra ser secretário executivo do conselho. Essa sensibilização dos
1362 gestores agente percebe na conferência, inclusive, gestor que não vai à conferência, coloca
1363 um representante, o profissional do CRAS do CRES, não que o profissional não seja
1364 importante, mas o gestor quase que é indispensável na conferência porque apesar de ser um
1365 processo de deliberação também é um processo de discussão de debate, de capacitação,
1366 então assim a participação é muito importante nesse sentido. (sugestões ao fundo)

1367

1368 INTERLOCUTORA: Aí, é mais difícil colega, porque agente não fala como prefeito. Tivemos
1369 uma articulação com a AMM (Associação Mineira dos Municípios) inclusive, nesse sentido,
1370 para ver se conseguimos falar mais com o prefeito, temos conseguido. Antigamente o prefeito
1371 vinha na mesa de abertura, e ia embora. Estamos conseguindo, pelo menos, que ele fique um
1372 pouquinho. Ontem, quando eu estava em Guaxupé tinha onze (11) prefeitos lá, e eu achei
1373 ótimo, inclusive, o prefeito de Guaxupé pediu que a conferência regional de Poços seja lá, e eu
1374 fechei com ele que ia ser lá porque eu achei importantíssimo um encontro dos profissionais da
1375 assistência com onze (11) prefeitos e o prefeito falar que disponibiliza o município e que vai
1376 oferecer a infra-estrutura para o encontro regionalizado. Eu não podia perder a oportunidade
1377 de falar com ele que essa conferência regionalizada ia ser lá. Mas, então, assim, agora,
1378 chamar o executivo para colocar aqui igual nós estamos é muito mais complicado, quase
1379 impossível.

1380

1381 INTERLOCUTORA: Falta a Soraia e o Ezequias.

1382

1383 INTERLOCUTORA: Só pegando uma carona nas colocações do rapaz de Pedro Leopoldo,
1384 (comentário sobre o rapaz) (risadas)

1385

1386 INTERLOCUTORA: é importante demais, como a pessoa tem uma clareza das coisas e ele
1387 amarrou, exatamente, benefício com necessidade de capacitação da gestão. E está
1388 diretamente ligado mesmo, porque o município ainda que priorize os benefícios é porque ainda
1389 pode existir a política da veemência, do favoritismo e, é isso que nós precisamos e nós só
1390 vamos chegar lá na frente com bons gestores, bons prefeitos, bons secretários, quando nós
1391 avançarmos na questão da construção da cidadania com a educação de qualidade. É a
1392 participação popular, é contribuir para que as pessoas sejam realmente participativas e aliás
1393 sejam e ajudem na construção desse grande cenário, obrigada.

1394

1395 INTERLOCUTORA: Falta só três tá pessoal? Ezequias - Sub secretário, Presidente do
1396 Conselho Municipal mas ele não falou o município.

1397

1398 INTERLOCUTOR: Uberlândia

1399

1400 INTERLOCUTORA: Uberlândia com relação à data eu vou dar retorno também até que
1401 no Conselho Estadual agente tem um representante do CRES que é Na outra que é
1402 quando nós estávamos identificando a data da conferência ele colocou isso com relação ao
1403 congresso, mas em BH agente têm um problema de local pra realizar a conferência, inclusive
1404 era só SESC, mas não vai ser no SESC, porque o SESC está fechado para reforma. Então
1405 assim nós estamos praticamente perdendo os cabelos pra saber aonde que vamos realizar a
1406 conferência de uma forma de que agente consiga estar ali por três (03) dias com o mínimo de
1407 conforto possível. Então, assim você não acha em BH outro local que seja nesta data. Agente
1408 achou em agosto, mas em agosto não dá pra mudar a data da Conferência Nacional. Então,
1409 infelizmente não tem possibilidade de alterar a data por questões de infraestrutura. A outra
1410 questão da Soraia e ela já sabe a resposta, mas agente vai ter que falar aqui, não tem jeito a
1411 não ser alterando a lei.

1412

1413 INTERLOCUTOR: (começo incompreensível) esse cargo condicionado de conselhos pode
1414 representar a sociedade civil. Agente tem uma normativa já do que fala isso que não pode.
1415 A discussão que foi feita, o fato dele ser servidor não é impeditivo pra ele representar a
1416 sociedade civil. O problema é ele exercer o cargo ele tem vinculado ao governo. Não estando
1417 vinculado ao governo não seria ético da parte dele compor os conselhos municipais
1418 representando a sociedade civil normativa do que trata especificamente disso
1419 proibindo.

1420

1421 INTERLOCUTORA: Bom vamos encerrar essa primeira parte, a primeira parte da tarde, só um
1422 minutinho, são 12:30 nós vamos voltar às 14:00. Para ir aos restaurantes, é só seguir em frente
1423 pelos dois prédios Minas e Gerais os restaurantes desse prédios e tem também no Centro
1424 de Convivência que é aquele redondo - é no térreo e no primeiro andar tem restaurantes
1425 também. Às 14:00 vamos estar aqui novamente, só um minutinho, que a vamos dar o informe.
1426 Pessoal, inclusive, hoje, na parte da tarde eu nem retorno pra cá porque hoje é o lançamento
1427 do prêmio ItaúUnicef e eu já aproveito para divulgar a vocês sobre a importância de vocês
1428 mobilizarem as entidades dos municípios para que concorram ao prêmio. A partir de semana
1429 que vem, provavelmente, do site do prêmio vão estar abertas as inscrições para concorrer ao
1430 prêmio, muito bacana, muito importante e tem muitos exemplos de projetos. Obrigada. Gente
1431 por facilidade procure o restaurante central no centro comercial aqui da Cidade Administrativa
1432 porque os prédios é mais fácil ir no meio que é menos complicado

1433

1434 PARTE 3

1435

1436 VOLNEY – Eu queria informar a vocês, que o Conselho Federal de Psicologia elegeu agora
1437 uma referência técnica para ex-psicólogos que trabalham nos CREAS e esse material está
1438 disponível no nosso site, para isso, basta baixar, está no site do Conselho Federal de
1439 Psicologia.

1440

1441 MARCELO – Eu queria aproveitar e dizer que eu represento o Conselho de Serviço Social.
1442 Aproveitando também para que as assistentes sociais aqui presentes que possam acessar
1443 também o nosso site, nós temos vários cursos, minicursos sendo realizados e pode ser que
1444 aconteça numa das seccionais, onde algumas de vocês residem. Peço só mesmo para que
1445 vocês acessem o nosso site por causa das informações que estão lá.

1446

1447 JUANITA – É, o tele presencial - as inscrições para o Tele Presencial da SEDESE estão
1448 abertas. A primeira aula é agora no dia vinte e quatro, e o tema das duas primeiras aulas do
1449 Tele Presencial também é a NOB 2012. A estruturação dos pólos e o endereço dos polos já
1450 estão disponíveis no site da SEDESE. Então estaremos lá com vocês na próxima quarta feira.
1451 Feito o aumento pactuado do EFITE, expansão de recursos para o financiamento de serviços
1452 para a população em situação de rua. Foi para a liberação de CMAS, muito assessor que atrita
1453 a deliberação do CMAS com relação de expansão de serviços para população de rua - média
1454 complexidade, alta complexidade com município de médio e grande porte. Expansão de
1455 serviço de abordagem social de acolhimento institucional, inclusive a república. Bom, esses
1456 são os informes que estão na mesa aqui pra gente. Nós temos agora a distribuição de
1457 processos para quem esta participando conosco, o CEAS é responsável em aprovar os planos
1458 de assistência social de empreendimentos hidrelétricos né? Então, essa é mais uma
1459 responsabilidade que o CEAS tem e que os outros conselhos, vamos dizer assim: que tem
1460 essa competência, essa competência do CEAS foi dada regularmente pela Constituição do
1461 Estado regulamentada pela LEI 2285, É isso Marcelo? 2285, 2812. Obrigada Consolação. É
1462 então, aqui nos vamos distribuir o processo da Pequena Central Hidroelétrica de Santa Rita de
1463 acordo com a escala é a conselheira Enedina quem vai relatar esse processo Santa Rita, PCH
1464 de Santa Rita. Ok conselheira? Relatoria, essa daqui é outra informação, desculpa. Bom e a
1465 PCH de Unaí, é isso. Relatoria de PCH de Unaí estava com o conselheiro Geraldo, que por
1466 motivos de trabalho ele teve que se ausentar. A suplente dele é a Fátima. A Fátima solicitou a
1467 técnica da Secretaria Executiva Rosa que fizesse a relatoria que já está como indicativo do
1468 conselheiro Geraldo. Então, eu peço a ROSA que inicie a relatoria do processo.

1469

1470 ROSALICE – Boa tarde a todos, eu sou Rosa eu sou assistente social, técnica da secretaria
1471 executiva do CEAS e responsável pela avaliação técnica desse processo que é a PCH. O
1472 relator foi Geraldo Gonçalves de Oliveira, a aprovação depende da assistência social da PCH,
1473 unanimes (Unai?) baixe. O empreendedor é o grupo do que elegeu o CEAS. E me sinto
1474 envolvida na implantação desse empreendimento (4:54 Inaudível). Geraldo fez um pequeno
1475 processo, um pequeno histórico desse processo do CEAS porque ele foi apresentado ao CEAS

1476 em 2003, quando foi aprovado, e em maio de 2012 ele apresentou um relatório final, ou seja,
1477 para receber a Licença de Operação junto ao órgão ambiental só que durante (5:25 inaudível).
1478 O conselheiro relator deste relatório não apresentou a implementação de todas as ações que
1479 tinham sido propostas do plano de 2013, esse relatório não foi aprovado e o conselho deliberou
1480 que o empreendedor apresentasse um novo Plano de Assistência Social como forma
1481 compensatória pelas ações que ele não desenvolveu durante o período de construção do (5:55
1482 inaudível). Então o que nos estamos avaliando hoje é o novo Plano de Assistência Social da
1483 PCH. Érica, você muda pra mim? Só um minutinho. Dando seqüência, esse novo Plano foi
1484 apresentado ao CEAS em dezembro de 2012 --- energética foi encontrado no Rio Preto --- é
1485 projetado para gerar 26 megawats de energia e para sua implantação foram atingidas o total de
1486 37 propriedades dessas trinta e sete (37), sete (07) sofreram modificações. Durante o período
1487 de implantação da PCH ---- foram necessários a implantação de 439 operários desses, 63,9,
1488 foram do município de ----- isso foi comprovado junto com o Conselho Municipal de ----. Que é
1489 um caso interessante de estarmos falando, a importância do acompanhamento do Conselho
1490 Municipal. O Conselho Municipal criou um grupo de trabalho que acompanha a atuação das
1491 usinas no município, são duas no município. Essa que está sendo avaliada pelo CEAS ainda. E
1492 um dos pareceres que o CEAS solicita como um dos parceiros nesse controle social é no
1493 município, então, todas as ações que foram apresentadas no PAS, foram avaliadas junto com o
1494 CEAS, no município - ----- nesse novo PAS foi apresentado um diagnóstico sobre a
1495 comunidade ----- que são da ----- que foi uma das condições que o CEAS solicitou ao
1496 empreendedor e avaliação do relatório final. Houve uma ---- atual dos atingidos, qual a situação
1497 hoje que eles se encontram. Foi também garantido implementação das ações e o retorno do
1498 plano de comunicação social e ... do posto de atendimento social na comunidade de ..., que
1499 atenderá também a comunidade de Santa Clara, com assistentes sociais, psicólogo e a equipe
1500 de comunicação social. Outra coisa, projetos de qualificação profissional. Esses projetos que
1501 eles elaboraram foram junto com a comunidade e com a ----- a partir do diagnóstico que
1502 fizeram das duas comunidades, a vulnerabilidade dos moradores e elaboraram os projetos de
1503 acordo com o interesse da comunidade. Isso aí ... entrevista com os moradores das duas
1504 comunidades, em conversa com o Conselho Municipal de Assistência Social que foi um dos
1505 parceiros na elaboração desses projetos, o CRAS que funciona na comunidade de ---- que
1506 também funciona na elaboração desses projetos. Lá haverá qualificação profissional, projetos
1507 de prevenção ao uso de drogas, projetos de prevenção ao enfrentamento da violência sexual
1508 infanto-juvenil, porque há uma incidência muito grande nessas comunidades, que serão
1509 implementados a partir do uso das atividades de atendimento social. O Conselho Municipal tem
1510 esse plano que vamos discutir agora. Ele já elegeu e concorda com as propostas que formam
1511 elaboradas nesse novo plano. E a proposta inclusive do conselheiro é que seja aprovado o
1512 novo plano, mas com o indicativo de funcionamento do novo Posto de Atendimento Social até 2
1513 anos.

1514

1515 JUANITA - Senhores conselheiros, Roberta está inscrita? Conselheira Roberta, por favor.

1516

1517 ROBERTA – é porque não ficou claro pra mim o seguinte, primeiro ele apresentou um relatório
1518 de conclusão do PAS, e ele não cumpriu e não tinha cumprido as ações aí nesse novo PAS,
1519 pelo menos não ficou claro, o que ele deixou de cumprir e o que vem para esse novo PAS. Isso
1520 não está claro. Por exemplo, ele cumpriu 40%, 50% disso aí, o que é que ele vem cumprindo,
1521 para não termos aceito o PAS dele na outra plenária? E quando se decidiu para ele apresentar
1522 o novo PAS, quais serão as ações? Você falou das ações, mas não aparece de forma clara,
1523 quais são as ações que ficaram pendentes, ou ele não cumpriu o PAS de forma nenhuma?
1524 Certamente ele não cumpriu nada, isso é que eu preciso saber.

1525

1526 INTERLOCUTORA – em 2003, o Conselho Estadual ele tinha ainda o costume de ter nas
1527 resoluções dele as condicionantes. Hoje nós não trabalhamos com mais condicionantes. Então
1528 quando da apresentação do relatório, nós tivemos que analisar o plano e as condicionantes. No
1529 plano ele propôs e contratou foi a contratação da mão-de-obra, não instalou. Ou melhor,
1530 instalou o posto de atendimento social durante o funcionamento de forma precária, sem os
1531 profissionais, os profissionais eram eventuais, quando surgia a demanda que eles atuavam. No
1532 caso do psicólogo que era uma das condicionantes e também estava no PAS. O psicólogo ele
1533 declarou que não havia ... do trabalho multidisciplinar, então fechou. Não houve os
1534 profissionais durante esse período. E durante as visitas nós vimos que alguns casos de
1535 relação, as pessoas precisavam de um acompanhamento próximo do posto - são pessoas que
1536 ficaram em situação de vulnerabilidade, não econômica, mas de vulnerabilidade emocional
1537 pela perda da terra, pela questão de mudar de propriedade, de mudar de setor rural para área
1538 urbana sem acompanhamento. Houve mudanças de residências sem acordo com o
1539 empreendedor. As condicionantes que não foram lidas segundo o primeiro relatório,
1540 implantação e funcionamento do posto de atendimento social, em consonância, contratação de
1541 equipe multidisciplinar para atendimento, assistente social, advogado e psicólogo, assegurar a
1542 capacitação com curso para reintegração no mercado de trabalho, bem como, mão-de-obra
1543 necessária na construção da PCH, bem como na construção civil, garantir o apoio
1544 socioeconômico ao município atingido e a implantação de projetos relativos à área de
1545 assistência social, geração de emprego e renda, bem com turismo. Além do disposto na
1546 referida resolução, foi constatada a falta de acompanhamento psicológico de famílias de idosos
1547 que após a negociação ficou em estado de vulnerabilidade emocional, o não cumprimento da
1548 ação previsto no PAS aprovado em 2004, enfrentamento à prostituição e a atendimento aos
1549 migrantes e do encerramento do posto de atendimento social encerrado em 2008 sem a prévia
1550 avaliação do CEAS são esses os pontos que segundo o conselheiro relator da época não
1551 indicava a comprovação da implementação do PAS e durante as conversas com o
1552 empreendedor foi solicitado como medida compensatória o trabalho e social. E as
1553 comunidades de Mamoeiro e Santa Clara Mamoeira já tinham sido indicadas pelo conselho
1554 municipal pelo nível de vulnerabilidade que existe na comunidade e, por ser a primeira

1555 comunidade próxima ao empreendimento que sofreu os impactos durante a obra e ela não foi
1556 trabalhada durante o período da construção.

1557

1558 JUANITA – conselheiro Marcos, por favor.

1559

1560 MARCOS – boa tarde a todos e a todas, acho que só para lembrar, acho que a Rosa já trouxe
1561 os pontos, acho que, é só para lembrar, na época, inclusive, foi até na plenária de Ganhães foi
1562 trago, inclusive, foi apresentado esse relatório e os pontos que estavam previsto na época da
1563 aprovação o que era para o empreendedor apresentar ele executou minimamente, inclusive,
1564 quem disse não foi eu, foi o próprio Conselho Municipal de Unaí a outra questão é que além
1565 desses pontos, eu lembro que o Mauro e a Livia pediram vista, depois a gente retornou essa
1566 discussão aqui em BH, fizemos um debate e o próprio Conselho avaliou que foi executado
1567 minimamente e, que portanto aquele plano foi recusado pelo CEAS e que seria feita então a
1568 solicitação ao empreendedor de um novo plano que não seria para ele resolver o problema do
1569 que ele fez, mas que seria para resolver o Plano; como a Rosa disse, para corrigir esse
1570 atrasado, talvez ele não corrija o todo mas para compensar recompensar o processo que eles
1571 não fizeram minimamente, recompensar essas famílias pelo que eles passaram e aí eu
1572 acredito que no dia o COPAM regional emitiu a LO sem a resolução do Conselho Estadual e
1573 uma das coisas que o conselho ficou de fazer contato e verificar isso até perguntar, não sei se
1574 alguém do conselho tem essa informação, se essa LO está mantida até hoje ou foi cassada e
1575 se ela está mantida, nesse caso, a gente aprovando, caso tenham algum impedimento de não
1576 executar quais seriam esses impedimentos?.

1577

1578 JUANITA – conselheiro Marcelo.

1579

1580 MARCELO – nossa, foi muito bom que o Marcos fez essa contextualização para nós aqui
1581 porque estava com uma dúvida danada aqui, porque para mim isso foi um pedido de vista que
1582 o conselheiro Geraldo não foi pedido de vista não né, há porque foi.

1583

1584 INTERLOCUTORA – o pedido de vista foi da ... o pedido de vista também não foi (18:35
1585 inaudível) que deliberou por esse novo PAS.

1586

1587 MARCELO – esse é o novo PAS por isso sua contextualização foi importante nesse sentido,
1588 mas é, eu gostaria só de fazer algumas divagações aqui. A importância que é o conselho
1589 Estadual está à frente dessas ações, esses trabalhos que são feitos, que estão nas propostas,
1590 nos nossos planos de assistência social. A gente sente que vêm dos nossos planos de 2003,
1591 em uma época em que o Conselho Estadual não tinha resolução com condicionantes, nós
1592 consertamos estes equívocos por entender que as condicionantes elas de fato causavam uma
1593 maior não efetivação daquilo que eram previstos nos planos. Eu vejo aqui Rosalice que são

1594 duas comunidades Santa Clara e comunidade Mamoeiro, você diz que tem CRAS que atende
1595 a essa região. São vários CRAS que atendem aí ou é um só.

1596

1597 ROSALICE – são vários CRAS nessa região e o CRAS de Mamoeiro que atende a comunidade
1598 Santa Clara porque elas são muito próximas uma da outra.

1599

1600 MARCELO – sim é, uma outra questão é a que o Marcos falou sobre essa situação do
1601 COPAM. Que não é a primeira vez que isso acontece, havendo a necessidade de voltar àquela
1602 reunião que foi proposto com o COPAM, é para se discutir essas situações. Não se, neste caso
1603 específico, foi tomado alguma medida pelo Conselho Estadual. No mais é isso senhora
1604 presidente.

1605

1606 JUANITA – mais algum conselheiro? E qual é o parecer Rosalice?

1607

1608 ROSALICE – o parecer do conselheiro relator é de aprovar esse novo PAS e que o posto de
1609 atendimento social funcione por dois anos como medida recompensatória pelos anos que não
1610 atuaram no município.

1611

1612 JUANITA – lá já tem CRAS! Então é o que na verdade nós estamos aprovando, condicionante.
1613 Ele apresentou na proposta e de acordo com nossa resolução ele teria que implantar um posto
1614 de atendimento social. Nós já temos nessa região um CRAS que já está acompanhando as
1615 famílias em situação de vulnerabilidade. Então, ao invés de mais um posto seria dois.

1616

1617 ROSALICE – não, é um posto de atendimento social e ele funcionará durante dois anos porque
1618 no plano de assistência social faz a proposta durante um ano para desenvolver os projetos.
1619 Esses projetos - pelo que eu conversei com a própria comunidade, ela está com muito
1620 interesse na questão da capacitação, no desenvolvimento das oficinas que, muitas vezes, o
1621 CRAS não tem condições de atender em todas as necessidades, em relação ao desemprego, a
1622 capacitação de emprego. Então essa proposta surgiu até da comunidade e o Geraldo avaliou
1623 que em um ano não tem como desenvolver muitas ações e ele gostaria que o posto de
1624 atendimento social ficasse com equipe completa durante dois anos.

1625

1626 JUANITA – ok. Conselheiro Marcos

1627

1628 MARCOS – só essa questão da LO, se algum conselheiro tem informação sobre isso, se ela
1629 está em execução atualmente ou se essa LO foi cassada.

1630

1631 JUANITA – Rosa!

1632

1633 ROSALICE – Marcos a PCH e a PCH 1 continuam operando.

1634

1635 JUANITA – ok. A minha avaliação é se isso é uma condicionante, porque está parecendo uma
1636 condicionante, e sendo sim acho que a gente não pode caminhar. A minha sugestão é que
1637 agente atue na lógica da resolução como --- normal e faça um trabalho para que o próprio
1638 CRAS que tem dentro dessa comunidade que para nós é de um potencial enorme, ele possa
1639 absorver junto com a equipe do posto esse trabalho. Porque, de certa forma, é um potencial
1640 que as duas comunidades têm para fortalecer esse CRAS, Rosa!

1641

1642 ROSALICE – não sei se pode entender como condicionante, algumas resoluções nossas a
1643 gente se ... assim com o tempo que o posto social vai funcionar e ainda tem o artigo que coloca
1644 que ele só pode finalizar as ações depois da avaliação do CEAS e sobre essa questão de
1645 fortalecimento já está havendo entre o CRAS de Mamoeiro e a equipe do posto que está
1646 trabalhando um diagnóstico, um levantamento dos interesses da comunidade, algumas
1647 parcerias de desenvolvimento de algumas ações que o município gostaria de levar a essas
1648 comunidades gerais ou tem condições de levar e o empreendedor vai tá apoiando o CRAS
1649 nessas ações.

1650

1651 JUANITA – conselheira

1652

1653 INTERLOCUTORA – já respondeu!

1654

1655 JUANITA – Há desculpa, já respondeu! Conselheiro João Ademar.

1656

1657 JOÃO ADEMAR – esse é um ponto, se não aprovar o PAS e o anterior que não foi aprovado
1658 continua implantando a usina está produzindo, parece que aparentemente não surtiu efeito ele
1659 ter sido aprovado via ... surtiu efeito o plano. Só que durante o período desse novo plano
1660 dentro do que o Marcelo falava. Esse posto vai trabalhar sobre a supervisão de quem, a que
1661 ele se propõe? Vai ser em sintonia com o CRAS? É o empreendedor? É o conselho?

1662

1663 ROSALICE – a nossa resolução define o prazo que ele tem que apresentar os relatórios, a
1664 sugestão do parecer técnico, neste caso, eu indico que esses relatórios ao invés de serem
1665 semestrais, a gente tem um controle in loco do controle das ações, que sejam bimestrais. João
1666 Ademar, o posto de atendimento social, as ações faz parte do trabalho do CEAS, do Conselho
1667 Municipal que também é bastante atuante. Ele vai está protocolando, se essa plenária
1668 concordar os relatórios serem bimestrais, ele será acompanhado pelo Conselho Municipal e
1669 pelo CEAS.

1670

1671 JUANITA – conselheiro Cristiane

1672

1673 CRISTIANE – era só para lembrar, Rosa já explicou. Já está estabelecido que ele não encerre,
1674 enquanto não haver parecer do conselho em relação ao monitoramento. Então, ele não vai
1675 encerrar as atividades enquanto não haver um parecer do plano.

1676

1677 JUANITA – conselheiro Marcelo.

1678

1679 MARCELO – diante da resposta da Rosalice, a respeito dessa situação do COPAM o assunto é
1680 sério. Não é a primeira vez que o COPAM passa por cima da lei e delibera, decide por ele
1681 próprio em fazer a licença de operação, sem passar pelo Conselho Estadual. Isso é afronta à
1682 Lei Estadual, acho que o COPAM deve ser informado, devemos tomar alguma providência de
1683 oficializar a ele quanto a isso. Que ele reveja essa licença de operação quanto a isso e que se
1684 faça uma reunião com o COPAM são medidas que nós temos que tomar para não sermos
1685 colocados como omissos. Nós, como agentes públicos, nós temos, nós temos o compromisso e
1686 é bom que os demais conselhos saibam que nós, enquanto conselheiros, nós temos essa
1687 responsabilidade. Caso sejamos omissos, nós responderemos por essa omissão.

1688

1689 Então eu penso que nós devemos tomar e chegar ao COPAM nosso inconformismo e mostrar
1690 a ele o que é a Lei e que volte atrás nessa deliberação.

1691

1692 JUANITA – conselheira Roberta.

1693

1694 ROBERTA – eu continuo insistindo nesse aspecto dois ---- porque aí eu estou sendo
1695 incoerente, se na resolução diz que o posto não fecha enquanto não terminar as atividades,
1696 então não precisa estipular dois anos porque pode ser que em até dois anos não termine a
1697 atividade. E aí eu volto a lembrar o que o Marcelo falou - o nosso gargalo é o monitoramento.
1698 Nós estamos nessa situação porque nós não estamos acompanhando essa atividade e o
1699 monitoramento que deveria estar e poder fazer essas soluções, por exemplo, de falar no final
1700 do projeto que não aprovamos porque não executou. E aí a gente vem com o novo plano. Eu
1701 continuo insistindo nessa perspectiva de dois anos que pra mim é incoerente, conforme
1702 resolução. E a outra questão Marcelo é a questão do COPAM eu acho que você está coberto
1703 de razão, só que aqui são duas coisas. Uma coisa é a gente manifestar esse processo de que
1704 no momento em que a gente não aprovou a execução do PAS, essa licença, se ela foi
1705 concedida antes ou se ela foi concedida depois ela estava em inconformidade porque a
1706 aprovação do PAS é um dos documentos para emissão da licença de operação, então isso é
1707 uma questão coberta de razão, de termos mais uma manifestação, se já tivemos novamente
1708 outra manifestação. Agora do ponto de vista da aprovação daquilo que nós propomos, eu acho
1709 que temos que tomar essa decisão, em relação ao PAS que está sendo proposto.

1710

1711 JUANITA – conselheiro marcos

1712

1713 MARCOS – acho que é só a acrescentar, nessa lógica que a companheira traz, que podemos
1714 colocar de acordo com a legislação e fazer por mais 8 meses, 6 meses, pode, inclusive, fazer
1715 uma avaliação e verificar se esse plano precisará de mais tempo se um ano pode, e fazer esse
1716 processo. Afinal de contas, os relatórios são mensais. Outra coisa que o Marcelo falou e nos
1717 traz, assim com os outros companheiros com relação a essa discussão do COPAM é
1718 importante fazer esse monitoramento e, inclusive, fazer uma avaliação. Se a gente não está
1719 dando conta disto, o que está acontecendo para fazer esse monitoramento de forma correta? A
1720 segunda coisa que está discutindo é com relação a essa historia do COPAM. O que acontece,
1721 quantas vezes a gente senta escreve, faz relatório, e depois sem isso não é a primeira vez ou
1722 se isso está acontecendo com outro? Precisamos avaliar se o que gente tá fazendo, tá valendo
1723 a pena ou não.

1724

1725 JUANITA – bom finalizaram as inscrições, o que temos aqui então são duas situações. Uma é
1726 a situação do parecer do relator do processo que indica a aprovação do PAS com vigência de
1727 dois anos e nós temos outra proposta que é conforme a legislação do CEAS que participará do
1728 processo de monitoramento, inclusive. Aí eu pergunto aos conselheiros aqui presentes que
1729 como o PAS é tem que ser votado nominalmente os empreendimentos hidrelétricos. Nós temos
1730 duas situações a situação 1 é a indicação do conselheiro relator aprovação do projeto do PAS
1731 com vigência de dois anos e a indicação 2 é a aprovação do processo conforme legislação do
1732 CEAS, então nós temos 1 e 2. Aí eu vou chamá-los para votar nesse sentido. Vocês estão
1733 esclarecidos para votar conselheiros? Proposta 1 é a indicação do conselheiro relator
1734 aprovação com vigência de dois anos do PAS, proposta 2 é aprovação seguindo a legislação
1735 do CEAS. Então vamos começar por aqui que já, estão todos os conselheiros já estão
1736 esclarecidos podemos iniciar o processo de votação? ok!

1737

1738 MARCELO – com o relator

1739

1740 CRISTINA - com aprovação do PAS na forma da legislação vigente

1741

1742 FÁTIMA – com o relator

1743

1744 ROSILENE – de acordo com a resolução vigente

1745

1746 FERNANDA – proposta 2

1747

1748 ANDREA – proposta 2

1749

1750 JOÃO ADEMAR – proposta 2

1751 INTERLOCUTOR – proposta numero 2

1752

1753 ANDRÉ – proposta n. 2

1754

1755 INTERLOCUTORA – proposta 2

1756

1757 EDIR – proposta 2

1758

1759 MÁRCIO – com o relator

1760

1761 MARCOS – proposta 2

1762

1763 MAURO – proposta 2

1764

1765 INTERLOCUTOR – proposta 2

1766

1767 JUANITA – presidente do CEAS proposta 2. Bom, aprovado proposta 2 - aprovação do PAS de
1768 acordo com a resolução do CEAS. Bom, é finalizamos essa parte eu vou entrar com meu ponto
1769 de inclusão de pauta. Nós recebemos uma solicitação da SUPRAM da Zona da Mata. Senhora
1770 Maria Juanita presidente do CEAS, a pedido do Superintendente Regional de Regularização
1771 Ambiental da Zona da Mata - Sr. Leonardo convidamos vossa senhoria a participar de reunião
1772 ordinária da URC Zona da Mata do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM a se
1773 realizar no dia 22 de abril de 2013 às 14:hs no município de Ubá na qual um dos assuntos a
1774 serem tratados é o envio de exclusão de condicionante da revalidação da licença de operação
1775 da UHE Risoleta Neves, ex UHE de Candonga em anexo encaminho a pauta de reunião,
1776 impossibilitada a presidente de comparecer nessa reunião eu gostaria de ver qual conselheiro
1777 do CEAS que poderia representar o Conselho Estadual em UBÁ na segunda feira no dia 22.
1778 Fátima e Andrea Medrado, é isso? Maria de Fátima e Andrea Medrado nós temos duas
1779 conselheiras vão as duas podemos, deliberado conselho. Aí eu vou pedir à secretaria executiva
1780 para subsidiar as duas conselheiras e encaminhar as informações necessárias para elas
1781 participarem da reunião do COPAM, como nós fomos solicitadas pessoalmente, então eles vão
1782 querer informação. Ok, Consolação? Então deliberado! Quero por favor, Cris.

1783

1784 CRISTIANE – que elas são na verdade funcionárias da FENEAS no apoio a municípios para a
1785 capacitação da rede e que, inclusive, já consolidou essa experiência em Divinópolis na pessoa
1786 da senhora Cileia e ela está colocando à disposição. A FENEAS é a Federação Nacional de
1787 Educação e Integração dos Surdos, então, os municípios que tiverem interesse em terem essa
1788 orientação em relação ao projeto de Divinópolis podem acessar a Federação. Federação
1789 Nacional de Educação e Integração dos Surdos 31-3225-0088.

1790

1791 JUANITA – obrigada Cristina. Bom, passando para a pauta final da plenária de hoje nós vamos
1792 para a relatoria das comissões técnicas. Relatoria da Comissão de Apoio aos Conselhos

1793 Municipais de Assistência Social de apoio. Era o Geraldo quem irá fazer a relatoria? Há
1794 desculpa. Ligue aqui, por favor, a tela.

1795

1796 ENEDINA – a comissão de apoio contou com a participação de Geraldo Gonçalves, e eu
1797 Enedina é, seria nosso assunto: proposição de capacitações a data de recebimento surgiu na
1798 reunião de comissão. As referencias legais seria o entendimento da comissão acerca da
1799 necessidade de envolver as URCMAS no apoio aos Conselhos. A tratativa técnica seria
1800 promover uma capacitação para a comissão de apoio para nivelamento das informações a
1801 serem socializadas com os presidentes das URCMAS e CMAS e o CEAS tendo como tema os
1802 aspectos legais, leis dos conselhos, regimento interno, processo de eleição, controle social, e
1803 Fundo e também inscrição das entidades. A síntese da discussão foi tratada pelas dificuldades
1804 das demandas recebidas no CEAS e a solicitação dos conselheiros em suas regiões e em
1805 eventos que se fazem presentes. Foi acordada a necessidade de um trabalho efetivo para
1806 fortalecimento do trabalho das URCMAS, como forma de manter uma proximidade com o
1807 CMAS visando propiciar condições para um trabalho qualitativo e uniforme dos mesmos.
1808 Ressaltada a dificuldade de custeio das URCMAS, principalmente os da sociedade civil, a
1809 necessidade de definir a data da capacitação de presidentes de URCMAS e garantir sua
1810 realização, garantir a finalidade das URCMAS de atuar próximas aos conselhos ao CMAS,
1811 através de reuniões periódicas para discussão, orientação, acompanhamento dos mesmos. Os
1812 encaminhamentos foram para deliberação é realizar reunião de capacitação com equipe de
1813 apoio que no caso a gente decidiu ser no dia mesmo da comissão, da reunião de comissão e aí
1814 na parte da tarde estaríamos fazendo uma capacitação entre os membros da equipe de apoio e
1815 os demais conselheiros que quiserem participar serão bem vindos.

1816

1817 JUANITA – Enedina, eu gostaria de fazer uma lembrança para a comissão de apoio. Eu não
1818 sei o que aconteceu, mas isso já foi deliberado pela mesa diretoria em reunião bimestral com
1819 os presidentes das URCMAS e já tem uma agenda construída, inclusive com pagamento de
1820 diária para os presidentes das URCMAS. Essa agenda foi alterada. Não me recordo o motivo,
1821 inclusive, foi por conta da plenária ampliada, nós decidimos fazer a plenária ampliada que seria
1822 na mesma data da reunião da URCMA, considerando a proximidade da conferência, mas já foi
1823 deliberado pela mesa diretora reunião bimestral com os presidentes das URCMAS. Não sei se
1824 você se recorda, mas era para identificar as URCMAS que estavam em funcionamento. Aí
1825 identificou as que estavam em funcionamento e a gente já iria garantir essa reunião e não sei
1826 por que vocês estão propondo essa alteração, porque já foi pactuado já foi deliberado na mesa
1827 diretora. Então vou só confirmar isso, né?

1828

1829 ENEDINA – na verdade foi discutido porque nós recebemos pedidos dos municípios para
1830 realização de capacitação. Então, a reunião discutiu sobre a comissão de apoio mesmo aos
1831 municípios que estariam fazendo uma capacitação entre a comissão. Capacitar a comissão
1832 para ela poder ter entendimento e passar aos Conselhos Municipais.

1833

1834 MARCELO – só para contribuir um pouco também, até entendo que essa capacitação seja
1835 interessante, considerando que nós temos conselheiros novatos e que precisamos mesmo de
1836 uma qualificação. Entretanto, nós temos que deixar claro que a proposta da comissão de apoio
1837 deve ser abarcada por todo o conselho, mesmo porque as visitas e as solicitações que são
1838 feitas a conselhos municipais, não é só da comissão de apoio e sim para todo o Conselho.
1839 Então, se caso seja aprovado essa proposta que seja feita para todo o Conselho, considerando
1840 os conselheiros novatos que nós temos aqui.

1841

1842 JUANITA – e aí, Enedina?

1843

1844 ENEDINA – pode ser sim, inclusive nós conversamos a respeito para abrir para os demais
1845 conselheiros.

1846

1847 JUANITA – ok. Conselheira Roberta.

1848

1849 ROBERTA – eu só queria entender: nós estamos fazendo uma proposta de capacitação da
1850 comissão de apoio de conselhos separada de toda uma proposta de capacitação para os
1851 conselheiros à parte, gente? Eu estou achando que nós não vamos ter perna para pensar
1852 nisso. Nós vamos capacitar os conselheiros? Tem toda uma lógica que foi construída dentro de
1853 uma própria lógica de capacitação do CEAS. Nós vamos entrar nesse processo de capacitação
1854 da nossa informação que eu não sei se isso é da parte, entendeu?

1855

1856 JUANITA – estou vendo dificuldade de entendimento. Considerando que já foi aprovado pelo
1857 CEAS, lá tem as capacitações. A não ser que seja a temática muito específica, igual a que nós
1858 fizemos esta semana, é até voltar para a comissão, a não ser que seja algo muito específico,
1859 nós vamos dentro do planejamento de capacitação. A minha sugestão é que a própria
1860 comissão demanda assim, dia tal a capacitação pode ser com assunto da comissão de apoio,
1861 aí entramos no fluxo normal. Porque acordamos que toda a plenária poderia antecipar de um
1862 processo de capacitação para nós. A minha sugestão é que indicamos temáticas para serem
1863 tratadas, como ficamos essa semana tratando de um assunto porque se não vamos nos perder
1864 em planejamentos à parte.

1865

1866 MARCELO – só quero dizer aproveitando da sua fala e dizer da importância que é, de fato, a
1867 gente fazer essa qualificação dentro dessa lógica que Roberta está propondo, considerando
1868 como já disse os novos conselheiros.

1869

1870 JUANITA – bom, na verdade está entendido e está claro, Enedina?

1871

1872 ENEDINA – está claro.

1873

1874 JUANITA – para os demais conselheiros está claro podemos conduzir dessa forma?

1875

1876 INTERLOCUTOR – estou entendido que dia 28 é dia de reunião da comissão é isso?

1877

1878 JUANITA – a gente vai até que deliberar aqui, porque é alteração em função da data da
1879 plenária considerando aquela discussão nossa, na quarta-feira.

1880

1881 INTERLOCUTOR – Exatamente. Tem que ser a comissão com seus assuntos e se for nesse
1882 dia a capacitação seria à tarde. Talvez, como o Marcelo colocou seria bom colocar quais os
1883 tópicos ----- 48:40 o que é importante para o conselheiro estadual que for acompanhar uma
1884 regional. Essas coisas básicas são importantes. Colocar os tópicos.

1885

1886 INTERLOCUTORA – na verdade, o entendimento nosso é que surgiu uma demanda isolada de
1887 um município solicitando a capacitação. O que foi pensado de forma a fortalecer as URCMAS,
1888 primeiro nós fazemos o preparo, a comissão de apoio fazer um preparo pra saber orientar os
1889 municípios posteriormente iríamos fazer isso no dia 28 e para podermos liberar, agendar uma
1890 data para as capacitações com os presidentes das URCMAS, seria os presidentes e a
1891 comissão de apoio.

1892

1893 JUANITA – olha só a reunião com as URCMAS já foi agendada, então já existe. A capacitação
1894 da comissão ela vai acontecer no dia das comissões, da realização das comissões do CEAS,
1895 não é isso? Então atende a demanda da comissão? Está correto?

1896

1897 INTERLOCUTOR – correto.

1898

1899 JUANITA – algum conselheiro contra, Marcelo!

1900

1901 MARCELO – nada contra não, só quero deixar claro que o fato de capacitar a comissão de
1902 apoio especificamente é o CEAS como um todo. Porque eu entendi que ela dizendo que seria
1903 a presidente com a comissão de apoio.

1904

1905 JUANITA – na capacitação das URCMAS, Marcelo, isso está claro. Aprovados conselheiros, o
1906 encaminhamento da comissão de apoio? Enedina aprovado? É então para aprovar senhores
1907 conselheiros aprovado? Por favor levantem o crachá. Aprovado. O que nós temos que ver
1908 Enedina é a questão dessa data porque nós temos um calendário anual do CEAS, a proposta
1909 da quarta feira com vocês foi alterar a plenária de maio para que os conselheiros participem da
1910 audiência pública da NOB que será no dia 27, então a proposta conselheira é mudar a plenária
1911 de maio para o dia 28 e 29, eu pergunto senhores conselheiros, vocês concordam com a

1912 alteração, levantam o crachá ou não. Há desculpa, o Marcelo está querendo fazer outra
1913 proposta, não é isso Marcelo?

1914

1915 MARCELO – eu não queria ser contra, é defender mesmo o nosso planejamento anual. Porque
1916 nós demais conselheiros temos a agenda da gente! Modificar a agenda da gente não é fácil,
1917 né? Pelo menos a minha não é fácil eu mudar a agenda do dia 16,17 e 18 para o dia 28 e 29 e
1918 30 é complicado, eu estou falando pelo conselheiro Marcelo, não estou falando pelos demais.
1919 Sei da dificuldade que cada um tem e sei das minhas dificuldades. Lógico que eu, como titular,
1920 tenho suplente e meu suplente poderá participar, mas eu - pelo conselheiro titular, eu gosto
1921 sempre de participar das reuniões para poder participar de todas as discussões. Então eu
1922 quero defender o dia 16,17 e 18 com já havia feito no calendário anual.

1923

1924 JUANITA – eu só vou esclarecer. Há conselheira Roberta desculpa!

1925

1926 ROBERTA – eu to achando que nós estamos fazendo uma confusão aí. Primeiro, gostaria que
1927 a gente terminasse com essa votação aqui da comissão de apoio se for prejudicada a data do
1928 dia 28 de maio em função dessa deliberação da mudança do calendário a gente é mantém a
1929 proposta, vota a proposta como já foi votada e faz um ajuste na data conforme a outra
1930 deliberação, concordam? Então, isso está fechado, então estamos na votação da mudança da
1931 plenária. E nesse aspecto eu gostaria de defender o seguinte. Quando esta semana nós
1932 discutimos a questão da capacitação e, é, o tempo inteiro, nós vimos nas nossas plenárias
1933 essa terminologia de capacitação porque o novo precisa ser capacitado, porque é novo e esse
1934 momento da discussão da audiência pública da NOB, a gente sabe da riqueza que é esse
1935 conteúdo e, não é uma riqueza só de conteúdo técnico, é uma riqueza de conteúdo político, do
1936 próprio exercício dos conselheiros que é exigido de nós essa questão. E quando fizemos a
1937 solicitação dos conselheiros participarem dos outros calendários nós vimos que nem todos,
1938 nem 50% dos conselheiros irão participar desse debate, que seria privilegiado esse debate em
1939 Belo Horizonte em função da agregação poder trazer o maior número de Conselheiros
1940 Municipais para poderem participar. Compreendo o que o Marcelo fala do ponto de vista de
1941 agenda, agora eu acho que o exercício que foi feito nessa linha de poder garantir e privilegiar
1942 os conselheiros que será no Estado inteiro esse debate de cunho político e que a não presença
1943 dos conselheiros estaduais eu acho uma pena se não pudermos garantir que os conselheiros
1944 estaduais participem.

1945

1946 JUANITA – conselheiro Marcelo.

1947

1948 MARCELO – em momento algum eu quero defender que os conselheiros não venham no dia
1949 28 para participar desse seminário que é de suma importância. O que eu defendo é a
1950 manutenção da plenária considerando a agenda anual que nós temos e, sem impedimento dos

1951 conselheiros vierem e participarem do simples debate que acho também que é de fundamental
1952 importância.

1953

1954 JUANITA – bom então nós temos duas situações novamente. Uma é a permanência da
1955 plenária - a data original que nós tínhamos deliberado no início do ano calendário do CEAS. A
1956 outra é alterar essa data para o dia 28 e 29 para os conselheiros do interior- que é a grande
1957 maioria, aproveitasse e viessem de uma vez só, ao invés de virem duas vezes. Então nós
1958 temos duas situações a antiga que é manter o calendário antigo 16 e 17 e a segunda que é
1959 alterar para 28 e 29 para possibilitar aos conselheiros estarem aqui no dia 27 do 4 da
1960 audiência, aí eu solicito de quem gostaria de permanecer com a primeira proposta o calendário
1961 antigo do CEAS dia 16 17 de maio, quem gostaria por favor, de novo, sete (07), por favor de
1962 novo mantenham elevado o crachá, sete (07). Quem gostaria que alterasse a agenda para o
1963 dia 28 e 29, oito (08), então a nossa plenária acontecerá no dia 28 e 29, ok. Vamos passar
1964 agora para o relato da comissão de política de assistência social. Conselheira Roberta.

1965

1966 ROBERTA – boa tarde a todos na nossa comissão esteve presente o Alex que é um
1967 conselheiro novato que chegou. O Alex, a Giovana, Eu, a Fátima e o Volney, nós discutimos
1968 dois temas na nossa comissão de política. Um dos temas foi uma denúncia que veio de um
1969 morador de Serrano. A gente fez a leitura e veio encaminhado pela comissão de política. A
1970 gente fez a leitura da denúncia e nós percebemos o seguinte: a denúncia está confusa, coisas
1971 bastante subjetivas e, ele deixa no final do documento, dizendo o seguinte que gostaria que
1972 fosse feita uma resposta por e-mail. Então nós vamos fazer a resposta dele por e-mail e nós
1973 estamos dando o encaminhamento de um ofício que nós elaboramos para a SEDESE,
1974 solicitando que a SEDESE tenha um olhar mais específico para Nova Serrana para ver o que
1975 se trata, se está tendo um problema sério lá. O que o morador fala é que a técnica, alguém
1976 está tirando autonomia da técnica e nós não conseguimos aferir essas coisas e, pedimos ao
1977 CEAS avaliar o ofício aqui, e a gente manda para a SEDESE. Se for aprovado a proposta do
1978 ofício é: conforme deliberado por essa plenária, no dia 18 encaminhamos para vossa
1979 excelência copia da denúncia anônima enviada por e-mail referente ao CRAS de Nova Serrana
1980 para conhecimento, inclusão do município nos protocolos de supervisão dessa subsecretaria.
1981 O cidadão que apresentou a denúncia recebeu a resposta por e-mail, informando a situação
1982 por ele encaminhada à SEDESE para averiguação. Então a sugestão do ofício está aqui.
1983 Dentro desse assunto discutido o encaminhamento desta plenária é a proposta de
1984 encaminhamento.

1985

1986 JUANITA – em discussão senhores conselheiros. Encaminhamento da comissão é encaminhar
1987 ofício do CEAS à SEDESE para acompanhamento dessa situação.

1988

1989 INTERLOCUTOR – Roberta vai ter uma resposta também ao denunciante pelo que eu
1990 entendi?

1991

1992 ROBERTA – vai mandar a ele por e-mail, ele fala assim ao final da carta dele: gostaria que

1993 fosse encaminhada por e-mail uma resposta. Ai, nós fizemos um texto e acolhemos a denúncia

1994 dele e encaminhamos à Subsecretaria do Estado para fazer a averiguação.

1995

1996 INTERLOCUTORA – então é uma resposta ao denunciante e uma carta à SEDESE

1997

1998 ROBERTA- e a gente encaminha a cópia da denúncia porque ele fala de possíveis indícios,

1999 mas ele não sabe, é muito subjetiva a denuncia.

2000

2001 JUANITA – aprovado conselheiros o encaminhamento da comissão. Aprovado. Ok, conselheira

2002 Roberta.

2003

2004 ROBERTA – o segundo ponto de pauta nossa, embora esteja no ponto três (3) é no ponto dois

2005 (2). Foi encaminhado pela mesa diretora que a comissão de política e a comissão de normas

2006 fizessem uma reunião em conjunto para que possamos discutir uma proposta de fluxo de

2007 monitoramento das usinas para ser aprovado na plenária. Nós tivemos uma reunião, foi uma

2008 reunião muito produtiva, fizemos uma discussão muito rica dessa questão e a gente está

2009 trazendo para encaminhamento. Na próxima plenária de maio iremos trazer uma proposta

2010 escrita. Uma proposta a curto prazo e a outra a médio e longo prazo. Porque nessa reunião

2011 nossa nós não conseguimos escrever esta proposta e com certeza teremos que rever a

2012 reunião da comissão para desenharmos isso e trazer. Teve como indicativo e até foi colocado

2013 nessa plenária hoje a necessidade do monitoramento. Nós estamos vendo uma série de

2014 seqüência que estamos tendo de denúncia e a dificuldade que temos de monitorar essa

2015 questão de usina. Então é muito forte o indicativo de criarmos um sistema que colete

2016 informação periodicamente que possamos trabalhar via sistema. E possamos monitorar e

2017 termos relatórios periódicos e sabermos o termômetro da execução desses PAS que são

2018 aprovados para não sermos pegos de surpresa como normalmente vem acontecendo, pois

2019 fazemos acompanhamento somente via relatórios trimestrais que são enviados via

2020 empreendedores, mas não tem aval dos conselhos. É isso? Tem outra minuta de ofício, eu não

2021 dei uma comida de mosca. Então, o que temos para deliberar isso: dizer que na próxima

2022 reunião iremos trazer por escrito. Estou trazendo outro ofício, desculpe estou um pouco

2023 atrapalhada, mas vamos acertar. Estamos trazendo outro ofício a ser deliberado aqui,

2024 solicitamos que encaminhe ao Conselho da Criança e do Adolescente um ofício para termos

2025 notícia em relação ao plano que foi deliberado conjuntamente com o CEAS e o CAD do plano

2026 de convivência familiar. Nós precisamos de informação e tem um ofício para a senhora assinar

2027 solicitando a informação.

2028

2029 JUANITA – em deliberação, o ofício da comissão de política, por favor, conselheiros aprovado.

2030 Conselheira Roberta muito obrigada. Relato da comissão de normas não existe relato, relato da

51

2031 comissão de finanças e orçamento, também não existe. Bom, nós encerramos a pauta desse
2032 Conselho, pela primeira vez, finalizamos uma reunião extremamente cedo, né! É eu gostaria de
2033 agradecer a presença de todos, e desejar uma boa Conferência Municipal de Assistência e que
2034 essa plenária de hoje dêem a vocês condições de fazerem bastantes discussões calorosas,
2035 produtivas no sentido de melhoramos o Sistema Único de Assistência Social. Bom retorno, um
2036 grande abraço e muito obrigada pela presença. Nada mais havendo, encerrou-se a
2037 presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.